

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E AS BIBLIOTECAS DOS POLOS DE APOIO PRESENCIAL DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL EM GOIÁS

Claudia Regina Ribeiro Rocha¹

Resumo

A pesquisa objetiva verificar se as bibliotecas dos Polos de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil estão adequadamente estruturadas para atender aos alunos e cursos a distância ofertados pela Universidade Federal de Goiás, conforme critérios estabelecidos nos Referenciais de Qualidade para o Ensino Superior a Distância e nos Instrumentos de Avaliação do MEC, estabelecendo relações com as políticas públicas do Governo Federal para a interiorização, expansão do ensino superior e apoio ao desenvolvimento regional. Para realizar o estudo, optou-se pela pesquisa aplicada, com abordagem metodológica quanti-qualitativa. Os resultados mostraram que as bibliotecas dos Polos de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil, em Goiás, apresentam problemas estruturais, não estão adequadas para atender ao modelo proposto e, portanto, não estão atendendo às necessidades dos alunos, evidenciando a necessidade de se instituir políticas públicas em nível municipal e estadual para garantir a implantação, manutenção e funcionamento das mesmas. .

Palavras-chave: Educação à Distância. Bibliotecas de Polos de Apoio Presencial. Universidade Aberta do Brasil - Desenvolvimento Regional - Goiás.

Abstract

This research aims to verify if the libraries of Poles Support Presence of the Open University of Brazil of the Federal University of Goiás are properly structured to attend the students and the distance courses offered by the Federal University of Goiás, according to the Referents of Quality for Higher education and the Assessment Instruments of MEC, establishing relationships with the public policies of the Federal Government for the internalization, expansion of higher education and Regional Development support. To conduct the study, we opted for applied research, with quantitative and qualitative methodological approach. The results point to the conclusion that the libraries of centers presence support of the Open University of Brazil in Goiás are still not properly suitable for the EAD, currently established in the country for higher education distance learning, and therefore is not attending the needs of students. The results also show the need to implement public policies at the municipal and state levels to ensure the implementation, maintenance and operation of the libraries.

Keywords: Distance Education. Libraries Poles Support Presence. Open University of Brazil – Regional Development - Goiás.

Introdução

As primeiras iniciativas de Ensino à Distância (EAD) aplicadas ao ensino superior brasileiro tiveram início a partir de 1970, cujas ações precursoras deram origem ao desencadeamento do processo de institucionalização e regulamentação

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional, Bibliotecária Coordenadora da Biblioteca Campus 1 (BSCAMI), da Universidade Federal de Goiás (UFG).

da EAD² neste nível de ensino, que culminou com a criação, em dezembro de 2005, do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), pelo Governo Federal.

Para sua efetivação, o Sistema UAB que visa ampliar e interiorizar a oferta do ensino superior público, gratuito e de qualidade no Brasil, prevê a utilização de recursos das Instituições Federais de Ensino Superior Públicas e de infraestrutura de bibliotecas nos Polos de Apoio Presencial a ser disponibilizada pelos municípios onde os cursos forem ofertados.

Este estudo, intitulado *Educação à Distância e as bibliotecas dos Polos de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil em Goiás*, situa-se no contexto da necessidade de existência de bibliotecas estruturadas e em pleno funcionamento nos Polos de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil, instalados em Goiás, a partir de 2006, quando foram ofertados os primeiros cursos a distância pela Universidade Federal de Goiás. Neste sentido, a pesquisa busca conhecer a estrutura das bibliotecas dos Polos instalados nos municípios que ofertam cursos a distância pela UAB, distribuídos por todas as regiões do Estado, com foco na avaliação da infraestrutura e das condições de funcionamento.

O problema a ser investigado tem como pressuposto verificar se as bibliotecas instaladas nos Polos de Apoio Presencial estão adequadamente estruturadas para atender e apoiar os cursos ofertados a distância, conforme disposto no projeto da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Esta foi, portanto, a principal questão que norteou os estudos; entretanto, outros questionamentos foram importantes para a condução da pesquisa, entre eles: as bibliotecas dos Polos de Apoio Presencial da UAB/UFG estão funcionando adequadamente e estão cumprindo as suas funções, conforme instrumentos de regulação do MEC? Da forma como estão estruturadas, atendem aos objetivos do projeto do Sistema UAB? As possibilidades de acesso às informações e serviços ofertados pelas bibliotecas dos Polos de Apoio Presencial da UAB/UFG podem contribuir para a superação dos desafios relacionados ao desenvolvimento das pessoas e conseqüentemente, contribuir para o processo de desenvolvimento das regiões atendidas?

² O Decreto n. 5.522/1998, que regulamentou a EAD, trouxe avanços ao reconhecer a EAD como uma modalidade educacional, estabelecendo a obrigatoriedade de momentos presenciais e a obrigatoriedade de criação de Polos de Apoio Presencial.

O Objetivo Geral desta pesquisa consistiu, portanto, em verificar a adequação destas bibliotecas aos *Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância* (BRASIL, 2007), aos *Instrumentos de Avaliação para os cursos de Graduação do MEC* (BRASIL, 2010) e ao projeto da UAB. Na pesquisa, procurou-se estabelecer relações das bibliotecas dos Polos com as políticas públicas do Governo Federal para a interiorização e expansão do ensino superior, como forma de auxiliar na promoção do desenvolvimento das regiões atendidas, uma vez que, conforme Bassan (2003), o desenvolvimento voltado para o lugar (local), tende a reduzir mais as desigualdades o momento em que se observa e se age localmente, aproveitando e ponderando as diferenças e potências de cada região.

Como opção metodológica foi utilizada à abordagem quanti-qualitativa na qual os dados coletados foram quantificados e tratados estatisticamente, sendo as respostas fechadas do instrumento de pesquisa, posteriormente analisadas e interpretadas de forma qualitativa.

Os dados coletados evidenciaram que a situação atual das bibliotecas aponta para a falta infraestrutura e de políticas consolidadas para sua instalação e manutenção, no que diz respeito à falta de acervo, ausência do profissional bibliotecário, serviços e instalações físicas deficitárias, dificuldades de sustentação financeira e descompromisso das instituições parceiras.

Os resultados mostraram que embora explicitamente reconhecidas como necessárias ao projeto da UAB, as bibliotecas dos Polos não estão estruturadas e por isso, deixam de oferecer o suporte necessário aos alunos dos cursos ofertados a distância, o que compromete o seu papel como instituição promotora de informações e de serviços. Em função disso, deixam também de exercer a função de facilitadora em apoio ao desenvolvimento social e econômico dos municípios onde se localizam ao não oferecerem acesso às informações técnicas e científicas, atualmente essenciais para o desenvolvimento humano e regional.

Esta situação diminui as possibilidades de apoio aos alunos, além de comprometer a qualidade dos cursos ofertados pela UAB.

Contextualização histórica do Ensino à Distância

Percorrendo o final do século XVIII e início do século XIX, em meio à Revolução Industrial, registram-se, na Europa, as primeiras iniciativas formais de

oferta de cursos à distância por correspondência, impulsionadas pelos novos processos e demandas advindas da industrialização, que modificou as condições tecnológicas, profissionais e sociais da época (PETERS, 2004).

O ensino por correspondência, precursor do Ensino à Distância da forma como é conhecido hoje, ocupou durante muitos anos, lugar de destaque ao oferecer condições de acesso ao conhecimento e por se constituir em uma forma de esperança de melhoria de qualidade de vida às classes sociais menos favorecidas.

Historicamente, é importante ressaltar que esta modalidade de ensino trouxe grandes contribuições, entre elas, a expectativa de redução das desigualdades sociais, ao oferecer condições de acesso à educação e ao conhecimento àquelas pessoas que se situavam à margem do sistema educacional vigente. Além disso, se constituiu em uma alternativa viável em países de grande extensão territorial e pouca densidade populacional, como é o caso do Brasil, da Argentina, do Canadá, da Austrália e da ex-União Soviética, cuja extensão territorial, praticamente impossibilitava o acesso aos recursos oferecidos pela educação às pessoas que moravam em áreas remotas e distantes geograficamente dos centros de ensino.

Ao final do século XX, mais propriamente após a década de setenta, conforme estudado por Moore e Kearsley (2007), o Ensino ofertado na modalidade a Distância sofreu um grande impulso, sendo este período conhecido como uma nova era da Educação a Distância. Isto se deu em consequência do desenvolvimento das chamadas Tecnologias de Comunicação e de Informação (TICs), aqui caracterizadas pelo rádio e a televisão; posteriormente, pelo vídeo e fitas cassetes e, mais recentemente, pelas novas tecnologias informatizadas ou digitais de Informação e Comunicação (NTICs). Foi neste contexto, que muitos sistemas educativos, inclusive públicos, desenvolveram projetos e passaram a utilizar-se destes recursos para veicularem cursos especialmente voltados a públicos numerosos e geograficamente dispersos.

Neste cenário, em que se apresenta a oferta de ensino em uma modalidade diferente daquela considerada tradicional, grandes instituições de ensino superior, consideradas tradicionais em seus métodos de ensinar, como as Universidades de Oxford e Cambridge, na Grã-Bretanha; a Universidade de Chicago e Wisconsin, nos Estados Unidos; a Escola Alemã de Negócios e a Universidade de Queensland, na Austrália, começaram a aderir a este novo modelo (NUNES, 2009).

Com o advento do Ensino à distância, surgiram também novas formas de acesso às informações disponibilizadas por meio das instituições de ensino que tiveram que adaptar seus modelos tradicionais para atender as novas demandas. As bibliotecas, por sua vez, também tiveram que se adaptar a esta nova realidade, passando a oferecer seus serviços de forma diferente daqueles tradicionalmente ofertados.

Conforme Nascimento (2008), as bibliotecas devem adaptar-se aos novos moldes de veiculação da informação, disponibilizando seus acervos, catálogos, textos digitalizados, fornecimento de material via correio, empréstimos entre bibliotecas, e serviços bibliotecários disponíveis em rede também se fazem necessários.

Diante deste novo cenário, além da biblioteca tradicional, em relação ao meio acadêmico, novos tipos começaram a surgir dando origem as bibliotecas híbridas, *online* ou digitais, que independente do seu tipo, tem por objetivos, disponibilizar informações e serviços como apoio às atividades dos seus usuários, assegurando o acesso às informações técnico-científicas, aos recursos didáticos e aos materiais bibliográficos.

Da educação superior à distância no Brasil à Universidade Aberta do Brasil

Conforme relatado por Alves (2009), a oferta de cursos a distância no Brasil existe desde pouco antes de 1900, quando eram ofertados no Rio de Janeiro, cursos profissionalizantes por correspondência.

Anos depois, com a chegada do rádio, importantes iniciativas no contexto da EAD foram realizadas, objetivando ampliar a oferta de cursos a um número cada vez maior de pessoas. Neste período, foram fundadas importantes instituições, como a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, a criação, em 1927, da Comissão de Cinema e Educação, responsável pelo lançamento do Manifesto da Escola Nova, propondo o uso dos recursos de rádio, cinema e impressos na educação brasileira; a instalação, em 1934, da Rádio-Escola Municipal no Rio de Janeiro; a criação do serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação; em 1939, a Marinha e o Exército brasileiros empregavam a EAD para preparar os oficiais na Escola do Comando do Estado Maior (MATTAR, 2010).

Outras iniciativas importantes contribuíram para a consolidação de cursos profissionalizantes oferecidos a distância por correspondência no Brasil, entre elas: os cursos técnicos oferecidos pelo Instituto Monitor e pelo Instituto Universal Brasileiro e a fundação da Universidade do Ar (década de 40). Nas décadas de 1950 e 1960, os cursos passaram a ser oferecidos por meio do uso da televisão e rádio que deram origem ao Movimento de Educação de Base e ao Mobral (ALVES, 2009). Em 1967, iniciativas na área da Educação Pública também contribuíram com a EAD, quando o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) começou a ofertar cursos por correspondência, sendo o projeto Saci considerado inovador por utilizar o uso do satélite para possibilitar a comunicação em massa a serviço da educação.

Pode-se considerar que, até meados de 1969, a história de EAD no país foi rica, haja vista os movimentos e iniciativas implementadas no campo da educação ofertada na modalidade a distância. Em função do golpe militar instaurado no país, várias iniciativas de EAD foram interrompidas ou extintas, inviabilizando os projetos, estudos e pesquisas em andamento que ofertavam educação, utilizando os meios não convencionais, entre eles, o projeto das rádios educativas que se encontravam em funcionamento à época em todo o país.

Este período da história retardou o processo de implantação e de consolidação de políticas públicas em EAD voltadas para a educação e o desenvolvimento no Brasil.

No entanto, o rádio e a televisão continuaram a ser bastante utilizados para a promoção de ações educativas, porém, voltadas aos interesses e projetos desenvolvidos pelo governo, cujos conteúdos eram controlados, segundo convinha ao contexto político instaurado no país.

São desta época projetos importantes, entre eles o Minerva, que utilizava o rádio para a educação e a inclusão social de adultos; a criação do Programa Nacional de Teleducação (Prontel); o Centro Brasileiro de TV Educativa (Funtevê); o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa; as ações da Fundação Roberto Marinho, com o Telecurso. Tais iniciativas, ainda que estivessem servindo aos interesses políticos, trouxeram contribuições importantes para as ações de EAD no Brasil (ALVES, 2009). Não menos importante, nos anos que se seguiram, foi à criação da Associação Brasileira de Teleducação (ABT), em 1971, que

posteriormente foi credenciada pelo governo para ofertar cursos de pós-graduação; do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação (IPAE), instituição ainda em funcionamento, cujas ações foram significativas para o desenvolvimento da EAD no Brasil e da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), que tem congregado importantes instituições e pessoas desta área.

Observa-se que a EAD no Brasil foi marcada por processos gradativos de avanços e retrocessos, principalmente em função do contexto histórico-político inerente a cada período, vindo a influenciar na formulação e aplicação de políticas públicas para esta modalidade de ensino.

No que se refere à EAD aplicada ao ensino superior, as primeiras iniciativas no Brasil tiveram início, de forma isolada, a partir da década de 1970. Merece destaque a Universidade de Brasília (UNB), considerada pioneira como instituição acadêmica de nível superior, ao desenvolver experiências com o objetivo de se tornar uma Universidade Aberta, cujo projeto foi aprovado pelo governo somente em 1992, com a publicação da Lei 403/92.

Com o início da oferta de cursos superiores a distância a partir da década de 90, novos projetos começaram a ser gestados em nível de Governo Federal para a criação de um sistema público de ensino superior no país. Assim, em oito de junho de 2006, pelo Decreto nº 5.800/2006, foi criado o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), como resultado de um projeto governamental liderado pelo Ministério da Educação, tendo como parceiros a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, com foco nas políticas públicas de Gestão da Educação Superior, que visa à expansão, democratização do acesso e interiorização da educação superior.

O Sistema UAB tem como principais características, “a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil” (BRASIL, 2005).

Pode-se considerar que o modelo instituído pelo Governo Federal para a oferta de cursos em nível superior a distância pelo sistema UAB é original, ainda que

sua concepção tenha sido influenciada por outros modelos já existentes. Sua originalidade se deve às características de ser uma Universidade Aberta, que oferta cursos com ênfase na modalidade à distância, porém com momentos presenciais.

Atualmente, a operacionalização da UAB ocorre por meio de acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Educação, as Universidades Federais, Estaduais e os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), atuais Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), que no âmbito do projeto, respondem pela oferta dos cursos e controles acadêmicos.

A concepção do Sistema UAB prevê parcerias nas esferas governamentais em nível Federal, Estadual e Municipal e à existência de infraestrutura nos Polos de Apoio Presencial para a sustentação das atividades presenciais necessárias à realização das atividades acadêmicas. A oferta de cursos está centrada na capacidade de atendimento das demandas pelas IFES e no interesse e disposição dos governos dos municípios em aderir ao projeto, oferecendo as estruturas necessárias ao funcionamento dos Polos de Apoio Presencial. De acordo com o projeto, a cada parceiro são atribuídas competências de forma a viabilizar o projeto. Às Universidades Públicas Federais e Estaduais, compete:

oferecer corpo docente qualificado, responsável pela formulação dos projetos pedagógicos e dos recursos didáticos associados aos cursos e programas propostos, bem como a responsabilidade pelos processos avaliativos, a expedição de diplomas e certificados e os atendimentos tutoriais a distância. Em particular, caberia às Instituições associadas à discussão e definição do planejamento curricular e pedagógico, preparação de roteiros de cursos, produção audiovisual, textos de acompanhamento e avaliação do aluno e do curso (BRASIL, 2005b).

Ao Estado cabe:

a realização das ações necessárias ao adequado estabelecimento do consórcio, especialmente, atuar de forma complementar à RNP, capilarizando a infraestrutura de serviço de rede para interiorização de seu acesso e, especialmente, contribuir para viabilizar financeiramente a logística do processo de EAD, os atendimentos de tutores presenciais nos Polos regionais [...] (BRASIL, 2005b).

Ao Município cabe:

oferecer a infraestrutura local do Polo associado ao Consórcio Público, incluindo a oferta de espaço físico adequado, o atendimento via tutores e laboratórios presenciais, em sintonia com as diretrizes das instituições proponentes dos cursos e programas (BRASIL, 2005b).

À União, por meio do MEC, compete:

estabelecer as condições necessárias para divulgação de chamada pública para incentivo e formação de Consórcios Públicos, além de propiciar as condições para que as IFES possam participar dos mesmos (que deverão contar com mais docentes, especialmente trabalhando na modalidade EaD,

mais recursos e adoção de modelos de gestão compatíveis com estabelecimento de Consórcios Públicos como os aqui propostos) (BRASIL, 2005b).

Esta articulação com os parceiros governamentais é uma forte característica do modelo de Educação a Distância ofertado de acordo com projeto da UAB, cuja concepção foi feita, com base em cinco eixos fundamentais, assim descritos:

- expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso;
- aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
- a avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação em implementação pelo MEC;
- as contribuições para a investigação em educação superior a distância no país;
- o financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância (MOTA, 2006, p. 3).

Estes eixos dão sustentação às ações que garantem a execução do projeto, incluindo as questões relacionadas à disponibilidade de recursos para a sua manutenção, instituição de processos e produção de legislação pertinente.

As ações em favor da institucionalização do modelo de Universidade Aberta no Brasil tiveram início com a oferta do primeiro curso a distância pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em 2006 –, o de graduação em Administração, considerado o curso piloto do projeto. O curso foi gestado no âmbito do Fórum das Estatais para a Educação, sob o patrocínio do Banco do Brasil, seu principal financiador.

Conforme Cruz (2007), inicialmente seis estados foram selecionados para participar do projeto piloto, a saber: Ceará, Rio Grande do Sul, Pará, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e Santa Catarina, com previsão de instalação de dezesseis Polos em cada um deles.

Ao todo, foram ofertadas 3.500 vagas para o curso; sendo que, em função da parceria, 50% delas foram destinadas a funcionários do Banco do Brasil, mediante processo seletivo simplificado para ingresso, com a aplicação de provas somente de Português, Matemática e Conhecimentos Gerais.

Diante das possibilidades de oferta de cursos a distância e considerando a demanda pelo curso oferecido nesta modalidade, outras universidades aderiram ao

projeto, totalizando, ao final da experiência, dezoito Instituições de Ensino Superior (IES).

Paralelamente aos encaminhamentos para a execução do projeto piloto, em 16 de dezembro de 2005, o Governo Federal, por meio da SEED/MEC, publicou o primeiro Edital, conhecido como UAB1, convocando os Municípios, Estados e o Distrito Federal a apresentarem propostas de Polos de apoio presencial para ensino superior a distância e as instituições federais de ensino superior a apresentarem propostas de cursos superiores nesta modalidade, que poderiam ser ofertados nos Polos de apoio presencial (BRASIL, 2005b).

No edital, além das diretrizes para a elaboração das propostas, constavam também os critérios e as exigências que as universidades públicas, estados e municípios deveriam atender para que pudessem participar do sistema UAB.

Conforme consta no Edital n.1, a responsabilidade pela existência de estrutura física e de funcionamento nos Polos de Apoio Presencial, contendo laboratórios, biblioteca (contendo pelo menos o acervo bibliográfico, inclusive virtual para atender aos alunos dos cursos ofertados a distância), recursos tecnológicos e outros requisitos necessários ao funcionamento dos cursos e recursos humanos, cabe aos governos municipais e estaduais. Cabe também a estas esferas públicas, a elaboração do demonstrativo de sustentabilidade financeira e orçamentária em relação aos recursos disponíveis para a manutenção do Polo, enquanto os cursos fossem realizados e o fornecimento da lista com os cursos superiores pretendidos e a respectiva quantidade de vagas.

O resultado do processo referente ao primeiro Edital da UAB1 para a seleção dos Polos foi publicado no Diário Oficial da União, em 31 de outubro de 2006. Inicialmente, foram selecionados 198 cursos de graduação e 312 Polos, distribuídos em 26 dos 27 estados da União; totalizando a oferta de 46 mil vagas para o ensino superior para todo o país.

Obviamente, as possibilidades que se abriram diante da oferta de cursos nesta modalidade criaram novas demandas, fazendo surtir em janeiro de 2008, o segundo edital para a seleção de novos Polos, conhecido como UAB2. Conforme Costa (2009), o segundo edital ampliou as diretrizes estratégicas do projeto UAB, no sentido de que no processo de julgamento fossem observados dois parâmetros

principais: a divisão territorial do Brasil em micro-regiões, como elemento orientador para uma distribuição geopolítica equilibrada dos Polos da UAB, procurando estabelecer pelo menos um por região e a escolha de cursos para a formação inicial e continuada de professores.

Como resultado deste novo processo, foram selecionados mais 271 Polos, sendo 11 localizados em Goiás. Atualmente, os Polos de Apoio Presencial estão localizados em todas as regiões brasileiras, sendo a maior parte na região Nordeste, seguida pela Sudeste, Sul, Norte e, por último, Centro-Oeste, com previsão de expansão³ (BRASIL, 2009).

Obviamente, o modelo proposto de oferta de ensino superior público a distância levanta discussões que envolvem desde os aspectos relacionados à sua concepção a outros que envolvem a operacionalização. No entanto, tais experiências, ainda que tardias, comprovam o caráter estratégico da EAD aplicado em um novo contexto em que se observa o interesse dos órgãos reguladores da Educação no país pelo desenvolvimento científico e inovação tecnológica com o objetivo de promover ações que propiciem o crescimento sustentado do país, o desenvolvimento regional, a geração de empregos e maior equidade social.

Ao se considerar a possibilidade que o acesso ao conhecimento e os resultados dos estudos, projetos e pesquisas realizados por estudantes dos cursos ofertados pela UAB possam ser aplicados nos municípios de origem, entende-se que estas ações poderão contribuir para a construção de uma nova realidade regional ao provocar reflexos positivos na sociedade a partir da promoção de mudanças sociais nas regiões atendidas.

É importante considerar que os resultados destas políticas de expansão do ensino superior precisam ser observados e estudados a fim de que se possa avaliar o impacto da oferta de educação superior nas regiões nunca anteriormente atendidas, tendo em vista que,

Democratizar o acesso à educação superior deve ser muito mais do que objetivos de governos e de pessoas, precisa ser uma política de Estado que envolva toda a Nação. Esse é um pré-requisito que precisa ser

³ Segundo a Capes, a previsão é de que, até 2013, o sistema será ampliado para alcançar a totalidade das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) brasileiras e atender a 800 mil alunos ao ano.

perseguido veementemente e em curto espaço de tempo. Entretanto, não se pode perder de vista a idéia de que ela precisa vir acompanhada de outro requisito fundamental, a qualidade. Fora isso, o país corre o risco de promover uma formação de massa apenas para levantar índices e de contribuir para a criação de uma geração inteira de universitários analfabetos funcionais incompetentes e incapazes de se defrontar com a realidade de um mundo cada vez mais globalizado e competitivo (MELLO, 2009, p. 300).

Obviamente, não se pode correr o risco de que a UAB apenas auxilie na promoção da formação em massa, haja vista ser esta uma grande oportunidade para o desenvolvimento das pessoas, as quais poderão influenciar positivamente em suas regiões a partir do conhecimento e das habilidades adquiridas. A expectativa de melhoria na vida das pessoas, da comunidade ou região pode contribuir para com o desenvolvimento social, tornando o modelo de EAD viável ao constitui-se em uma oportunidade para a melhoria do país, em especial das regiões com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

Considerando-se as fortes diferenças regionais existentes que elevam o índice das desigualdades sociais no Brasil, o acesso ao conhecimento obtido abrem possibilidades para a interiorização da oferta de ensino superior no país. O acesso aos recursos advindos da educação superior, entre eles, o acesso às informações, ao conhecimento, às bibliotecas, promove e valoriza as pessoas, contribuindo para minorar as desigualdades sociais, além de constituir-se em um meio para potencialização dos recursos das regiões atendidas.

Neste sentido, a UAB abre possibilidades para as transformações sociais ao se constituir em um meio de promoção do desenvolvimento das pessoas localizadas em determinadas regiões⁴ distantes ou de difícil acesso, que sequer cogitariam poder frequentar um curso de graduação. Uma vez preparadas, estas pessoas poderão aplicar os conhecimentos obtidos na própria comunidade. O desenvolvimento voltado para determinado local tende a reduzir as desigualdades sociais, a partir do momento em que se observa e se age localmente, aproveitando e ponderando sobre o potencial da região e da cultura regional.

⁴ Bassan e Siedenberg (2003, p. 140) consideram a região como sendo uma “porção do espaço com características naturais específicas que, ao longo do seu processo de formação histórico-cultural, foi configurando uma identificação social, econômica e política, a fim de atender às necessidades de sua população, delimitando uma identidade regional própria”.

Reforçam esse entendimento as análises de Bassan e Siedenberg (2003, p. 151) sobre a questão do desenvolvimento, quando afirmam que o “desenvolvimento passa pela esfera econômica, mas também pela valorização da vida: dando ao indivíduo local a oportunidade de melhorar não só a sua renda, mas também sua qualidade de vida, proporcionando mais educação, saúde, moradia adequada, saneamento básico, transporte”.

Trata-se, portanto, de admitir que o acesso às informações, ao conhecimento e à educação superior ofertada por meio da UAB, - dentro de um contexto regional que não despreze, ao contrário, valorize as características, a cultura e as políticas específicas de cada região, - possa favorecer o desenvolvimento de um processo de crescimento humano que vem auxiliar na promoção do bem estar e na melhoria da qualidade de vida das pessoas, através do incremento da renda e da produtividade.

É bem verdade que outros fatores precisam ser observados para que o esperado desenvolvimento ocorra em determinada região, porém, qualquer política neste sentido, precisa considerar que as pessoas precisam estar inteiradas e preparadas para as oportunidades de mudanças.

Estas reflexões são corroboradas por Bassan e Siedenberg (2003, p. 139), ao afirmarem que

Atualmente, há necessidade de que a população de um país seja bem informada, bem educada com graus elevados de formação técnica e acadêmica em função do processo de globalização e do comércio internacional aliado ao sistema financeiro cada vez mais ativo dentro da economia. Neste contexto, as análises sobre o desenvolvimento devem abordar as potencialidades das regiões, procurando identificar suas diferenças para que as políticas sejam aplicadas de acordo com as demandas e necessidades de cada região ou município.

De forma semelhante, Becker (2000) e Becker e Willmann (2003) consideram importante que em relação à promoção do desenvolvimento regional a população identifique-se com a sua região, sua cultura, sendo estas questões parte integrante e constitutiva do processo cultural das pessoas, que agregam significado e valor humano.

Neste sentido, os cursos ofertados a distância pelo Sistema UAB, com estruturas adequadas de bibliotecas nos Polos localizados em diferentes regiões do país podem contribuir para a valorização e preservação das características

regionais, ao permitir que a população descubra e valorize a sua origem, cultura, história, seus aspectos físicos e naturais, seu povo e seu espaço.

Esta relação entre educação e cultura é instaurada, sobretudo, quando o conhecimento adquirido é utilizado em favor do desenvolvimento de projetos e de políticas públicas que beneficiem a população local, tanto em relação aos aspectos econômicos quanto sociais e culturais visando o bem estar coletivo da população.

Assim como Becker, Demo (2000) enfoca o desenvolvimento a partir do acesso e da produção do conhecimento e afirma que o preço da riqueza não é somente a exclusão social, mas igualmente, a inclusão do projeto humano no planeta.

Para este autor,

o mundo divide-se entre aqueles que produzem o conhecimento e aqueles que apenas o copiam. Portanto, é impossível manter um projeto de desenvolvimento sem o manejo adequado do conhecimento. E é esta a nova face da pobreza, em que o maior mal não será a fome, mas a ignorância, ou seja, a condição de massa de manobra ou incapacidade de gerar as próprias oportunidades (DEMO, 2000, p. 24).

Considerando que uma significativa parcela da humanidade esteja excluída do acesso ao conhecimento, a criação da UAB como um todo é uma iniciativa que, certamente, se bem administrada pelas esferas competentes, abre boas oportunidades para novos caminhos, visando o desenvolvimento e a promoção social.

Com esse entendimento, compartilha-se com Sen (2000) a afirmação de que se trata de uma nova visão de desenvolvimento voltado para o ser, para a vida, tentando reduzir ao máximo não só a pobreza material, mas também a pobreza cultural.

As bibliotecas sendo parte ativa no Sistema UAB podem ser apoiadoras e promotoras do conhecimento no contexto da Educação a Distância. Conforme Ferreira (2009), o uso das novas tecnologias de acesso exige um novo comportamento que repousa sobre a informação, fator básico do "setor conhecimento" da economia. Nesse contexto, os centros de documentação e informação, arquivos e bibliotecas são componentes econômicos essenciais. Afirma ainda que "cada país possui uma infraestrutura de informação que pode elevar a qualidade de vida de seus integrantes".

As novas tecnologias de redes que distribuem a informação e os recursos de apoio ao estudo e a pesquisa científica podem ser disponibilizados pelas bibliotecas e constituem na base para a geração do conhecimento acadêmico tão importante para o desenvolvimento de projetos que podem ser aplicados ao desenvolvimento das regiões.

O Sistema UAB/UFG em Goiás

Em Goiás, as primeiras ações para a implantação da UAB ocorreram em um contexto favorável em que as ações governamentais em nível federal estavam voltadas para a promoção de políticas públicas, em favor da expansão e interiorização do ensino superior no país e de incentivo ao desenvolvimento da EAD, implementadas pela SEED/MEC.

Neste contexto, teve início a partir de 2006, a oferta dos primeiros cursos de graduação e pós-graduação a distância pelo Sistema UAB na UFG, sendo o primeiro, o de Administração, considerado piloto do projeto. Conforme projeto da UAB, a oferta do curso contou com parcerias de empresas estatais, entre elas, o Banco do Brasil, principal financiador do projeto.

Com o início do processo de implantação dos primeiros cursos a distância da UAB na UFG e, diante da necessidade de institucionalizar o sistema, foi criado em 2007, por meio da Resolução n. 02/2007, o Centro Integrado de Aprendizagem em Rede (CIAR), com o objetivo de programar e sistematizar ações de apoio ao aprendizado a distância, cujos cursos necessitariam ser mediados pelas tecnologias da informação e comunicação.

É oportuno observar que o processo de seleção dos municípios para a instalação dos Polos foi feito com base em diretrizes estratégicas em relação à qualidade dos cursos ofertados e nos critérios estabelecidos pelo MEC, entre eles: a adequação do projeto aos cursos; a carência de oferta de ensino superior público na região proposta; a demanda local ou regional por ensino superior público; a pertinência dos cursos demandados e a infraestrutura das instalações.

De acordo com Costa (2009, p. 77), os Polos “deveriam ser selecionados com observância à necessidade de uma distribuição geográfica sustentável: como regra geral dois Polos deveriam guardar uma distância mínima, em média, de 100 km”.

A seleção dos Polos da UAB1 em Goiás ocorreu por meio de encaminhamento dos projetos feitos pelos municípios ao MEC. Como resultado da seleção, conforme publicado no Diário Oficial, em abril de 2007, foi aprovada a instalação de onze Polos de Apoio Presencial nesta primeira etapa, tendo sido contemplados os seguintes municípios: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Aparecida de Goiânia, Alto Paraíso de Goiás, Catalão, Cezarina, Formosa, Goianésia, Jataí, São Simão e Uruana (BRASIL, 2007).

A seleção dos Polos referente à UAB1 contemplou as cinco mesorregiões de planejamento sócio-econômico: Leste, Centro, Norte, Sul e Noroeste Goiano, com pelo menos um Polo, reforçando a diretriz estratégica de distribuição pelo MEC.

Paralelamente à implementação dos cursos pela UAB1, o Governo Federal publicou em outubro de 2006, o segundo Edital para a seleção de novos Polos.

Para atender ao segundo edital, foram selecionados em 2008 mais onze municípios para a instalação dos Polos da UAB, a saber: Anápolis, Cidade de Goiás, Inhumas, Iporá, Mineiros, Morrinhos, Piranhas, Posse, Rio Verde, São Miguel do Araguaia, Uruaçu que se localizam em quatro mesorregiões: Centro, Noroeste, Sul e Leste Goiano, excluindo-se a mesorregião do Norte Goiano, considerada a menos desenvolvida do Estado.

Tem-se então que os cursos de graduação a distância da UAB estão sendo ofertados em 22 municípios localizados nas cinco mesorregiões de planejamento socioeconômico do Estado de Goiás, que ao todo agrega 246 municípios, conforme mostra a Figura 1.

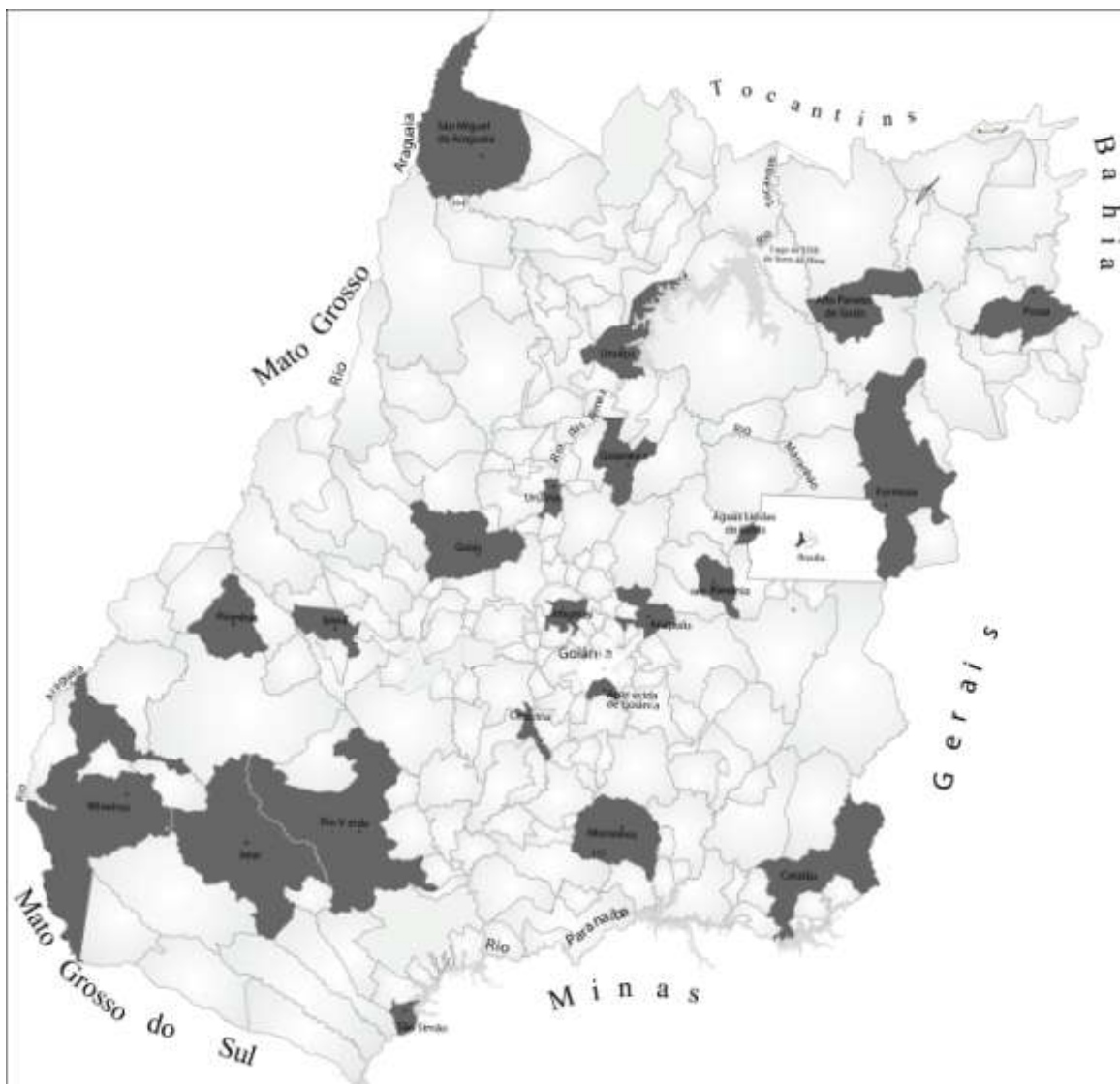


Figura 1 – Distribuição de Polos de Apoio Presencial da UAB, em Goiás (UFG, 2010).

Do ponto de vista do desenvolvimento regional, estas mesorregiões não são consideradas homogêneas, haja vista as diferentes especificidades que geram heterogeneidade em relação aos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), Social (IDS) e Econômico (IDE).

De acordo com os dados publicados pela SEPLAN (GOIÁS, 2010), o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) e Índice de Desenvolvimento Social em 44% dos municípios goianos estão abaixo da média do Estado, sendo a região Noroeste, a que possui maior número de municípios abaixo da média.

Esta heterogeneidade tende a acentuar as desigualdades sociais e econômicas dos municípios, provocadas por vários fatores, entre eles, as políticas de investimentos públicos e privados que, por questões econômicas, privilegiam as

regiões mais favorecidas com recursos de infraestrutura, em detrimento daquelas menos desenvolvidas.

A Figura 2 mostra o IDH por mesorregiões de Goiás, estabelecendo o comparativo de quantidade de Polos da UAB em relação à quantidade de municípios.

MESORREGIÕES DE GOIÁS	IDH	MUNICÍPIOS	POLOS DA UAB/UGF	POLOS POR MESORREGIAO
Leste Goiano	0,7 36	32	Águas Lindas, Alexânia, Formosa, Posse	04
Centro Goiano	0,7 87	82	Anápolis, Aparecida de Goiânia, Goianésia, Inhumas, Iporá, Uruana	06
Norte Goiano	0,7 26	27	Alto Paraíso de Goiás, Uruaçu	02
Sul Goiano	0,8 07	82	Catalão, Cesarina, Jataí, Mineiros, Morrinhos, Rio Verde, São Simão	07
Noroeste Goiano	0,7 26	23	Cidade de Goiás, Piranhas, São Miguel do Araguaia	03
05	-	246		22

Figura 2 – IDH das Mesorregiões de Goiás (GOIÁS, 2010) e quantidade de Polos da UAB por mesorregião.

É oportuno considerar que o Estado de Goiás possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado médio; conforme índice estabelecido pela ONU. Observa-se que nas mesorregiões mais desenvolvidas e com maior número de municípios – as regiões do Centro e Sul Goiano há maior concentração de Polos e conseqüentemente, de oferta de educação superior pública à distância. Nestas regiões concentra-se 51,8% da população goiana, sendo o município mais populoso, o de Goiânia, que possui também a maior oferta de serviços e de infraestrutura, conforme dados da Secretaria de Planejamento (SEPLAN, GOIÁS, 2010).

A mesorregião do Sul Goiano, por exemplo, é formada pela união de 82 municípios agrupados em seis microrregiões: Catalão, Meia Ponte, Pires do Rio, Quirinópolis, Sudoeste de Goiás e Vale do Rio dos Bois. É a segunda mesorregião mais populosa e a mais rica de Goiás. Os três municípios com maior PIB per capita no estado são os de Catalão, São Simão e Chapadão do Céu. Considerando a

distribuição por mesorregiões, nesta concentram-se a maior quantidade de Polos da UAB.

As mesorregiões Norte e Noroeste Goiano são as que possuem menor índice de desenvolvimento do Estado e as que conviveram com o processo de emigração da população, principalmente, a jovem que saiu em busca de melhores oportunidades de emprego e de ensino nas mesorregiões mais desenvolvidas, como é o caso das mesorregiões do Centro e Sul Goiano. São também, as que possuem menor participação no Sistema UAB. Na mesorregião do Norte do Estado estão instalados dois Polos; na Noroeste, três. Estas mesorregiões são as menos assistidas pela UAB.

Considerando a proposta de interiorização e da contribuição para com o desenvolvimento do Estado, as mesorregiões com menor índice de desenvolvimento deveriam ser mais atendidas com a presença dos Polos da UAB. No entanto, os Polos tendem a se concentrar nas mesorregiões com melhores condições de desenvolvimento econômico e social, nas quais se concentram as maiores oportunidades de emprego, de estudo e facilidades de acesso aos maiores centros.

Esta é uma situação que pode ser considerada como contraditória ao se considerar que nestas regiões deveriam ser disponibilizados maiores recursos e investimentos na educação superior a distância, haja vista a necessidade de políticas públicas voltadas para o atendimento das regiões menos desenvolvidas.

O modelo de EAD da UAB provê o acesso ao conhecimento, ao desenvolvimento de habilidades e capacidades, de forma a promover a emancipação e profissionalização com foco nas pessoas que vivem distantes dos grandes centros, por meio do acesso a aprendizagem a distância, com momentos presenciais, oferecida pelas instituições de ensino superior públicas em parceria com os municípios. Obviamente, a oferta de cursos na modalidade a distância requer investimentos relativamente altos para disponibilizar a infraestrutura tecnológica e física necessária ao modelo de Ensino à Distância no país. No entanto, conforme afirmado por Bassan e Siedenberg, (2003, p. 148), “uma política de desenvolvimento que esteja na busca de melhores condições de vida para as populações deve espelhar-se na sua localidade e, dentro dessa realidade, aplicar um modelo de desenvolvimento”.

As bibliotecas dos Polos da Universidade Aberta do Brasil no contexto da educação à distância

Nas ações relacionadas à oferta de cursos a distância, as instituições universitárias de têm se preocupado em prover o acesso, cada vez mais facilitado por meio de suas bibliotecas, aos materiais didáticos e aos recursos bibliográficos, com ampla disponibilidade de revistas científicas, textos profissionais, bem como informações técnicas e científicas para atender aos alunos que optam por esta modalidade de aprendizagem.

Conforme edital n. 1 de dezembro de 2005 da UAB, aos municípios selecionados coube comprovar a capacidade técnica e financeira para instalar e manter as estruturas necessárias para o atendimento dos Polos; incluindo-se a biblioteca, que conforme edital, “devem conter, pelo menos o acervo bibliográfico mínimo, inclusive biblioteca virtual, para o curso que se pretende ofertar” (BRASIL, 2005).

Considerando a necessidade de garantir à qualidade dos cursos de graduação ofertados a distância no Brasil, o MEC instituiu em 2002, uma comissão de especialistas, com o objetivo de definir parâmetros e orientar as instituições sobre as condições de oferta nesta modalidade de ensino. Como resultado dos trabalhos da comissão, em 2003 foi publicado a primeira edição dos *Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância*. Nesta primeira edição já era prevista a existência de infraestrutura de Polos de Apoio Presencial com bibliotecas para apoiar as atividades presenciais dos cursos.

Em função da necessidade de atualizar o documento, em 2007, a Secretaria de Educação a Distância (SEED) publicou nova edição, com o objetivo de nortear as instituições que têm interesse em ofertar cursos de graduação a distância no país, em relação aos aspectos pedagógicos dos cursos, recursos humanos e infraestrutura necessária. Em relação à existência de bibliotecas, os Referenciais estabelecem que os cursos ofertados à distância,

[...] devem oferecer os mesmos recursos para o acesso às informações e dispor de locais adequados para atender às demandas de informação dos alunos. O fato de um curso ser a distância não exige a instituição de dispor de centros de documentação e informação. A instituição deverá oferecer, sempre que possível, a biblioteca (BRASIL, 2007, p. 19).

Conforme consta nos Referenciais de qualidade, não há obrigatoriedade de existência de bibliotecas nos Polos, porém devem ser oferecidos os recursos de informação e locais adequados para atender as necessidades e demandas informacionais dos alunos. A disponibilidade de serviços de acesso às informações, a existência de acervo bibliográfico e de instalações físicas adequadas, formam um tripé importante para a oferta de cursos a distância e reforçam a necessidade de existência de bibliotecas nos Polos, conforme projeto da UAB.

De acordo com este documento, as bibliotecas devem contar com recursos e serviços que facilitem o uso das informações, em especial daquelas ofertadas em meio virtual; oferecer conteúdos educativos em meio físico e digital proveniente de fontes confiáveis, de forma a apoiar o ensino, pesquisa científica e o desenvolvimento (BRASIL, 2007). Estas diretrizes são justificáveis em função da necessidade informacional das comunidades acadêmicas que se encontram distantes geograficamente das bibliotecas-sedes das instituições as quais os cursos estão vinculados, mas que estão inseridas nos programas de ensino, pesquisa e extensão das instituições ofertantes de ensino superior (MATTOS, 2006).

É importante ressaltar que, além das diretrizes estabelecidas nos *Referenciais*, o MEC é o órgão avaliador e regulador das instituições e cursos ofertados à distância no país e neste sentido, possui instrumentos de avaliação das condições de oferta de ensino nesta modalidade. Em todos os instrumentos de avaliação das instituições e dos cursos, as bibliotecas surgem como estruturas sujeitas à avaliação, conforme apresentado na Figura 3.

BIBLIOTECAS - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO MEC	
Nível de avaliação	Itens de avaliação das bibliotecas (Polos e sede)
Avaliação de Cursos de Graduação	Condições de atendimento do acervo da bibliografia básica e complementar, conforme indicadores; existência de periódicos especializados; utilização da biblioteca virtual.
Credenciamento do Polo	Infraestrutura de pessoal projetada; espaço físico existente (instalações para acervo, estudo individual e em grupo); equipamentos disponíveis na biblioteca, livros da bibliografia básica (conforme quantidade indicada); livros da bibliografia complementar; assinaturas de periódicos especializados; existência de Biblioteca Virtual.

Credenciament o Institucional	Existência de corpo administrativo para atuar na gestão das bibliotecas dos Polos; instalações para o gerenciamento central das bibliotecas dos Polos e para manipulação do acervo; informatização do sistema de bibliotecas que administra a biblioteca dos Polos; política de expansão, aquisição e atualização do acervo dos Polos.
Autorização de cursos	Existência de livros da bibliografia básica e complementar na sede da instituição; existência de assinaturas de periódicos especializados (impressos ou informatizados); existência de bibliografia básica na proporção indicada no Polo; existência de bibliografia complementar no Polo.
Avaliação do Polo	Existência de instalações para acervo, e funcionamento da biblioteca considerando (dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade); instalações para estudo em grupo e individual; existência de livros da bibliografia básica na proporção indicada; existência de bibliografia complementar; existência de assinaturas de periódicos especializados, indexados e correntes (impressos ou informatizados); existência de biblioteca virtual.

Figura 3 – Critérios de avaliação do MEC relacionados às bibliotecas (BRASIL, 2010).

Tem-se que, neste cenário de regulação do ensino superior a distância no país, as bibliotecas são estruturas importantes que estão sujeitas a avaliações constantes, independente do tipo de modalidade de ensino ofertada. Conforme observado na Figura 5, a existência de bibliotecas nas instituições de ensino superior requer infraestrutura condizente aos objetivos educacionais, seja de mobiliário adequado, instalações físicas, acervo compatível com as necessidades dos cursos e dos usuários. Devem ainda estar preparadas para disponibilizar informações técnico-científicas e oferecer serviços e produtos de informação em meio tradicional ou virtual.

Considerando os cursos oferecidos pela UAB, as bibliotecas dos Polos se constituem em estruturas de apoio à formação do aluno, principalmente para aqueles que não possuem recursos financeiros para adquirir os materiais bibliográficos, para acessar a internet e que precisam consultar os materiais impressos recomendados aos seus estudos. O acesso a informações científicas, técnicas e profissionais disponíveis nas bibliotecas pode contribuir para a promoção do desenvolvimento das pessoas instaladas nas regiões. Além disso, estas bibliotecas podem cumprir com sua função social ao criar mecanismos de preservação do conhecimento produzido pelos alunos.

Para cumprir com seus objetivos estas bibliotecas precisam dispor de gestão de serviços e de recursos adequados, por meio de equipe técnica preparada, recursos financeiros para a manutenção dos serviços, além de infraestrutura adequada para atender aos objetivos dispostos nos editais de seleção dos cursos e atender as diretrizes do órgão regulador do Ensino à Distância no país.

É oportuno afirmar, que na construção dos processos relacionados à oferta dos cursos a distância, o Bibliotecário deve ser parte ativa no processo de planejamento das atividades das bibliotecas, cabendo a este profissional definir as estruturas e os serviços necessários para a realização dos processos e fluxos de trabalho adequados ao atendimento das necessidades dos usuários e à legislação reguladora vigente.

Conforme defendido por Souto (2002, p. 12),

[...] este profissional, geralmente com formação na área de Biblioteconomia, dispõe de um conhecimento que lhe permite atuar tanto na estruturação do material didático, identificando as fontes de informação pertinentes, quanto na interação com os aprendizes, no sentido de orientá-los para a obtenção de informações de seu interesse, frente ao grande volume de literatura científica disponível. Sugere-se que a equipe multidisciplinar seja composta por diferentes profissionais, dentre eles um bibliotecário. É importante destacar que quando nos referimos à equipe multidisciplinar, estamos nos concentrando nas pessoas que atuam no gerenciamento/desenvolvimento de um programa de EAD. [...] Fica evidente a necessidade de um profissional que fará a interação entre as necessidades de informação dos alunos remotos e as fontes de informação disponíveis. O profissional capacitado adequadamente para desenvolver tal atividade interativa é o bibliotecário. E por se referir a Ensino à Distância poderá ser considerado como cibertecário – quando utilizar dos recursos digitais para atender a uma demanda de informação ou para contatar seus usuários.

O Instrumento de Credenciamento Institucional do MEC traz com clareza, orientações sobre a necessidade de existência destas condições e neste sentido, é essencial que as políticas governamentais apoiem plenamente a proposta da UAB para que a comunidade atendida possa ser beneficiada da melhor forma possível pelo projeto.

Conforme diz Miranda (2000), o contexto atual da Sociedade da Informação, requer a instalação e o fortalecimento de infraestrutura adequada para as

bibliotecas, a fim de que uma nova geração de brasileiros tenha acesso às informações e se preparem adequadamente para o futuro.

As bibliotecas dos Polos se constituem em uma oportunidade para auxiliar estas pessoas em seu desenvolvimento pessoal, no entanto precisam estar funcionando com as condições adequadas. Uma vez inseridas nas políticas públicas de oferta de ensino superior, devem possuir ações planejadas e recursos financeiros que propiciem o seu funcionamento e viabilidade, para que sejam geridas de forma a atender aos seus propósitos e objetivos, oferecendo os recursos necessários para que as pessoas das regiões mais distantes tenham iguais condições de acesso às informações, tanto impressas quanto disponíveis em meio virtual. Assim, estarão em conformidade com o Sistema UAB ao atender as demandas da comunidade acadêmica dos cursos, cujos alunos precisam contar com o apoio dos recursos de informação necessários à sua formação humana e profissional.

As Bibliotecas dos Polos da UAB/UFG em Goiás

Em Goiás, as primeiras tentativas para viabilizar a estruturação das bibliotecas nos Polos de Apoio Presencial da UAB tiveram início em 2006, a partir do início da oferta do primeiro curso de graduação a distância pela UFG – o curso de Administração. Entretanto, estas bibliotecas não chegaram a ser estruturadas em função de dificuldades financeiras alegadas pelos governos municipais.

Mesmo sem as condições adequadas, pressões políticas externas à UFG, tornaram possível que os Polos indicados fossem aprovados e os cursos começassem a ser ofertados nos municípios selecionados (RODRIGUES, 2008).

Cientes das dificuldades enfrentadas pelos municípios para a estruturação das bibliotecas nos Polos e com o entendimento de que a falta de recursos nos Polos poderia comprometer a qualidade dos cursos ofertados, o MEC viabilizou recursos financeiros que foram alocados para a compra de parte dos livros indicados nas bibliografias básicas e complementares, além de equipamentos e computadores para os laboratórios.

Com a aquisição de alguns títulos de livros foi possível aos Polos disponibilizar parte dos materiais bibliográficos para atender algumas demandas dos alunos, porém, as bibliotecas continuaram sem a infraestrutura desejável de

funcionamento e, portanto, inadequadas, considerando os parâmetros de avaliação do MEC e o projeto da UAB.

Diante das condições apresentadas pelas bibliotecas e cientes das limitações quanto às responsabilidades dos municípios e estado, em relação à infraestrutura, foram sistematizadas, no âmbito do CIAR/UFG, ações estratégicas com o objetivo de melhorar e orientar os Polos quanto às condições de funcionamento, haja vista que as informações e os documentos precisavam ser organizados e disponibilizados à comunidade acadêmica dos Polos. Ter acesso às informações científicas e técnicas em uma determinada área do conhecimento é uma vantagem essencial para a formação do aluno com a qualidade que a UAB se propõe.

Com esse entendimento, foram ofertados cursos de capacitação para os Auxiliares de Biblioteca dos Polos; além de outras ações que culminaram com a implantação de *software* de gerenciamento nas bibliotecas (livre), visando automatizar os serviços das bibliotecas e treinamentos para fins de desenvolvimento da equipe.

Durante a realização das atividades, que tiveram por objetivo auxiliar os Polos quanto à oferta dos serviços das bibliotecas, observou-se que em algumas bibliotecas foram implantados novos serviços, em especial, aqueles oferecidos por meio da implantação do *software* de gerenciamento. No entanto, conhecer, analisar e verificar as atuais condições de funcionamento das bibliotecas dos Polos da UAB se faz essencial para o estudo em questão.

Abordagem metodológica

O presente estudo teve como objetivo principal conhecer, avaliar e analisar as condições de funcionamento das bibliotecas dos Polos de Apoio Presencial da UAB/UFG em Goiás, a fim de verificar se estão adequadas às diretrizes dos órgãos reguladores da educação e se estão atendendo as necessidades e demandas de serviços informacionais dos alunos dos cursos ofertados a distância pela UAB/UFG, considerando a localização regional e as políticas públicas do Governo Federal para os cursos de graduação ofertados a distância pela Universidade Federal de Goiás.

Para tal, foi desenvolvida pesquisa aplicada e explicativa, porque se trata de questão prática cujos dados foram analisados e interpretados, com o objetivo de conhecer a realidade, levando-se em consideração o cumprimento das funções estabelecidas pela UAB, previstas para os poderes de ordem local (Município), regional (Estado) e nacional (União).

A fase inicial da pesquisa consistiu no levantamento de dados em fontes variadas, por meio de pesquisa documental em fontes primárias e secundárias, com o objetivo de buscar informações que contribuíssem para conhecer melhor o assunto pesquisado. Simultaneamente, foi realizada pesquisa bibliográfica para avaliar a bibliografia pertinente ao assunto, uma vez que este tipo de pesquisa, “permite oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente” (MARCONI; LAKATOS, 2009, p. 185).

Nesta linha de raciocínio, ressalta-se que toda a produção teórica recuperada foi consultada, lida e analisada na perspectiva da abordagem metodológica quanti-qualitativa. Para atender aos objetivos da pesquisa, foi selecionado grupo constituído por 22 (vinte e duas) pessoas responsáveis pela coordenação dos 22 Polos de Apoio Presencial da UAB/UFG, instalados em Goiás até o ano de 2010. Ao grupo selecionado, foi enviado questionário, via *e-mail*, contendo dezenove perguntas, cujo conteúdo foi elaborado com base nas reflexões anteriores sobre o funcionamento das bibliotecas dos Polos de Apoio Presencial da UAB da UFG em Goiás, com base nos requisitos de qualidade para o ensino superior a distância, os instrumentos de avaliação do MEC e o objetivo geral da pesquisa. No processo de elaboração, algumas questões foram levantadas, entre elas: o que se quer conhecer com este estudo? Para que se quer conhecer? Quem são os informantes dos Polos? Quais as principais dimensões a serem analisadas? Como serão enviados os questionários? Como obter as informações de forma rápida e confiável? Que perguntas devem ser formuladas para atender aos objetivos da pesquisa?

Do total de questionários enviados, 16 (73%) retornaram no prazo estabelecido, sendo esta, portanto, a amostra a ser considerada. Para facilitar a aplicação e a organização dos dados, as questões foram agrupadas em cinco dimensões: a saber: acervo, instalações físicas, mobiliário disponível, serviços

oferecidos, recursos humanos e disponibilidade de recursos orçamentários para a manutenção da biblioteca.

Antes da aplicação da pesquisa, foram feitos contatos, por *e-mail* e telefone, com os Coordenadores de Polos para explicar a natureza da pesquisa e obter assim o apoio necessário no recebimento das respostas nos prazos indicados. Posteriormente, foi aplicado pré-teste, enviado via *e-mail* aos coordenadores de Polos de Apoio Presencial, para posterior validação, o que possibilitou rever algumas questões que geraram dúvidas, e tornou possível o envio definitivo do questionário, assegurando assim a validade e confiabilidade das perguntas e dos dados obtidos.

Após o recebimento das respostas foi feita a tabulação por agrupamento dos dados e somatório das respostas, conforme as dimensões indicadas no questionário. Na apresentação dos resultados foram elaborados e inseridos gráficos, com o objetivo de facilitar a compreensão das interpretações e análises correspondentes.

Resultados e discussões

Neste item são apresentados os resultados e as discussões referentes aos dados obtidos com a pesquisa realizada. Segundo Minayo (1992 apud FONTES, 2009, p. 40), “a finalidade da fase da análise da pesquisa corresponde em três escopos para esta etapa: a primeira é estabelecer a compreensão dos dados, a segunda é confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, finalizando com a ampliação do conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural do qual faz parte”.

Inicialmente, buscou-se, compreender os dados coletados a partir das respostas enviadas pelos respondentes (Coordenadores de Polos de Apoio Presencial) levando-se em consideração, a teoria apresentada, observando-se a contextualização e os objetivos da pesquisa. A seguir são apresentados os resultados obtidos com a coleta dos dados, cujos resultados mostraram as condições de infraestrutura e de funcionamento das bibliotecas dos Polos da UAB em Goiás.

Dimensão 1 - Acervo

A **Dimensão 1**, composta por seis perguntas, teve como objetivo identificar os aspectos relacionados à existência de acervo nas bibliotecas dos Polos, no que se refere às formas de aquisição, diversidade de tipos de material, possibilidade de acesso aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e existência de títulos da bibliografia básica e complementar neles indicados.

A **pergunta 1** desta dimensão procurou identificar a existência de acervo, independente do seu tipo e conteúdo, e qual a origem do material recebido.

Os *Referenciais para EAD* estabelecem que, “[...] as bibliotecas dos Polos devem possuir acervo atualizado, amplo e compatível com as disciplinas dos cursos ofertados” (Brasil, 2007, p. 26). Ainda em relação à existência de acervo, nos editais da UAB para a seleção dos Polos, consta que “a análise da proposta será pautada pela adequação do Polo ao perfil dos cursos a serem ofertados [...]”, sendo considerado pré-requisito para a fase de seleção a existência de “biblioteca, a contemplar acervos bibliográficos necessários, inclusive biblioteca virtual, para o curso que se pretende ofertar” (BRASIL, 2006).

Conforme características do Sistema UAB, “é de responsabilidade dos municípios proverem o acervo da biblioteca” (BRASIL, 2009). Os resultados obtidos, conforme mostram a Figura 4, evidenciaram que do total da amostra analisada, somente 19,1% das bibliotecas dos Polos receberam materiais bibliográficos provenientes das Prefeituras dos Municípios.

Os resultados confirmam, portanto, que até o momento em que a pesquisa foi aplicada, poucas Prefeituras assumiram com o acordo firmado junto ao Governo Federal em relação à aquisição dos materiais bibliográficos para atender aos cursos ofertados a distância pela UAB e a outras necessidades de pesquisa dos usuários. Os resultados mostram ainda que o acervo existente em 21,3% das bibliotecas foi adquirido e enviado pelo MEC, reafirmando a intenção do Governo em contribuir com os municípios e com a consolidação do Sistema UAB, ainda que a aquisição de materiais não seja de sua responsabilidade. Os demais resultados mostraram que há outros tipos de materiais que não são adequados aos cursos e que são provenientes de outras fontes, muitos deles recebidos por doação.

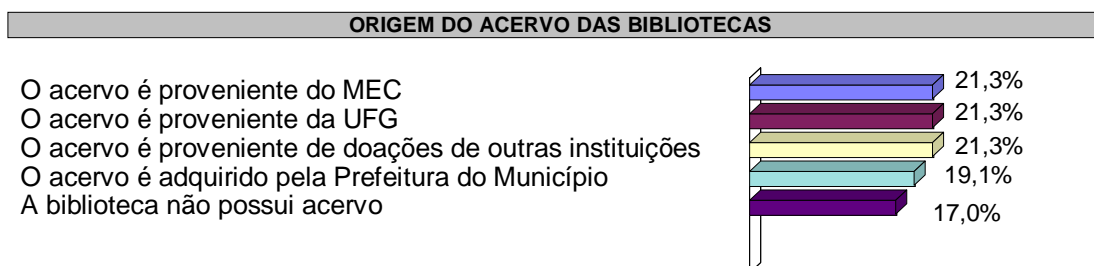


Figura 4 – Origem do acervo das bibliotecas dos Polos.

A pergunta 2 teve como objetivo conhecer sobre os tipos de materiais existentes nas bibliotecas, tendo em vista que nos *Referenciais de Qualidade para os Cursos de Educação Superior a Distância*, recomenda-se que as bibliotecas possuam materiais bibliográficos diversificados para atender aos alunos de EAD.

De acordo consta neste documento, recomenda-se que, na concepção de “amplitude de meios de comunicação e informação da Educação a Distância, o material oferecido na biblioteca deve ser disponibilizado em diferentes mídias” (BRASIL, 2007, p. 26).

Os resultados apresentados, conforme apresentados na Figura 5, que há predomínio de livros impressos nas bibliotecas (48,7%), o que é de fato esperado. No entanto, observa-se a ausência de outros materiais que deveriam constar no acervo para que os alunos tivessem maiores oportunidade de acesso às informações em outras mídias e em outros tipos de materiais que por suas características, podem contribuir para a complementação dos estudos e pesquisas.

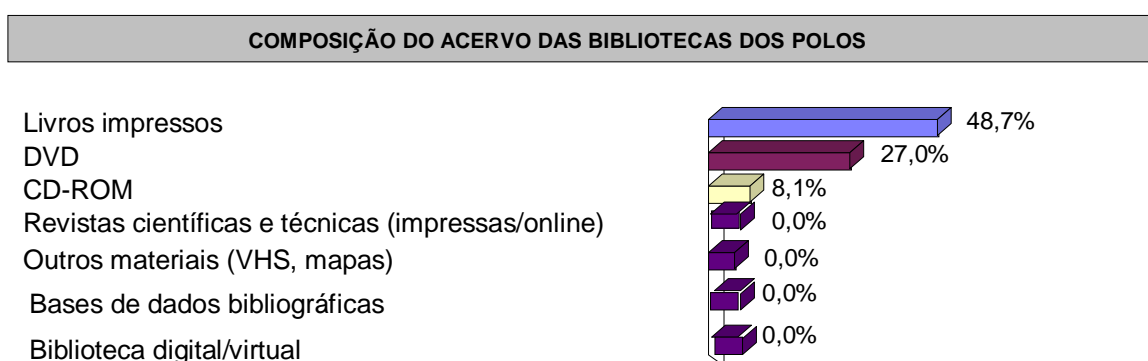


Figura 5 – Composição do acervo das bibliotecas dos Polos.

Conforme demonstrado, há falta de revistas técnico-científicas tanto impressas como online e a outros tipos de materiais para atender as demandas de informações. É importante ressaltar que a inexistência de acesso a estes materiais remete à ideia de que não estão

sendo feitos investimentos nas bibliotecas, em especial em relação ao acervo. Estas bibliotecas além de não oferecerem as condições adequadas para o acesso aos materiais bibliográficos poderão ser mal avaliadas.

Conforme recomendações do MEC, “quando não há assinaturas de periódicos especializados sob a forma impressa ou informatizada” (BRASIL, 2010, p. 21) a avaliação da biblioteca em relação a este item é considerada insuficiente para atender às necessidades do curso.

Em relação ao acesso online aos materiais bibliográficos, com as facilidades existentes em função as NTIC já é perfeitamente possível o acesso ao texto completo de periódicos especializados produzidos no país e a outros em nível internacional que podem ser acessados pela internet, bastando apenas que se viabilizem as condições necessárias para a aquisição de assinaturas ou pelo compartilhamento destes recursos, já existentes nas bibliotecas-sede da instituição é prover meios para que as bibliotecas tenham acesso a este tipo de material.

A **pergunta 3** teve como objetivo verificar sobre a disponibilidade de acesso as informações que constam nos PPC dos cursos, em relação às bibliografias básicas e complementares indicadas, haja vista que entendemos serem importantes para a gestão do acervo e dos serviços oferecidos.

Os resultados, conforme apresentados na Figura 6, mostraram que 60% das bibliotecas tem acesso as bibliografias indicadas nos cursos. Este percentual é significativo, levando ao entendimento de que os cursos e treinamentos oferecidos aos Auxiliares de Bibliotecas dos Polos possibilitou a boa parte das bibliotecas terem acesso a estes documentos. No entanto, estas informações são estratégicas para a gestão do acervo e para os processos relacionados ao desenvolvimento das coleções.

Neste sentido, entendemos que o acesso a estas informações precisam estar disponibilizadas para 100% das bibliotecas e que a implantação de rotinas e processos administrativos institucionais podem viabilizar esta ação.

As **perguntas 4 e 5** tiveram por objetivo conhecer sobre a existência de acervo específico (bibliografia básica e complementar) nas bibliotecas. De acordo com os instrumentos de avaliação do MEC, os cursos devem indicar no mínimo, 3 títulos para cada disciplina da bibliografia básica. Em relação à quantidade de exemplares,

o MEC recomenda que as bibliotecas disponibilizem 1 (um) exemplar para cada 8 (oito) aluno matriculado nos cursos.

Conforme apresentado na Figura 6, os resultados obtidos mostraram que 45% das bibliotecas não possuem acervo referente aos títulos indicados na bibliografia básica dos cursos e 25% responderam que possuem 50% dos títulos indicados. Infere-se, portanto, que em relação à existência de acervo que contemple as bibliografias básicas, as bibliotecas dos Polos não estão adequadas às recomendações do MEC.

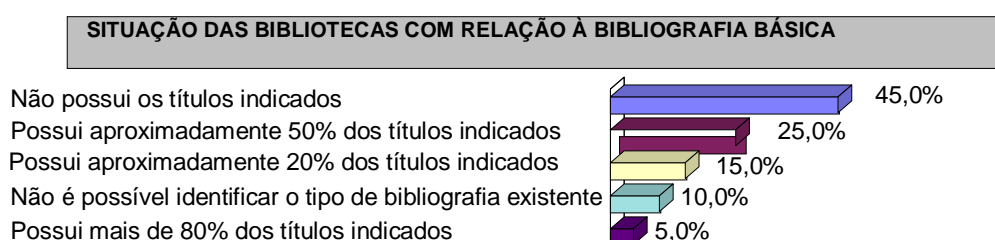


Figura 6 - Situação das bibliotecas com relação à bibliografia básica.

A análise destes resultados expõe à fragilidade das bibliotecas e compromete a qualidade dos cursos ofertados a distância pela UAB na UFG. Considerando que os alunos dos cursos a distância precisam ter a mesmas condições de estudo que os alunos dos cursos presenciais, no que se refere ao acervo, estes alunos estão prejudicados, porque as bibliotecas não possuem os materiais indicados nas bibliografias dos cursos.

Em relação à existência de bibliografia complementar, os dados mostram resultados semelhantes; ou seja, 40% das bibliotecas não possuem os títulos indicados na bibliografia complementar, conforme mostra a Figura 7.



Figura 7 – Situação das bibliotecas com relação à bibliografia complementar.

A persistir estas condições, as bibliotecas deixam de cumprir sua função e ficam sujeitas a uma avaliação insuficiente, não só por parte do MEC, mas também

perante o curso e a comunidade de alunos. A gravidade da ausência dos títulos indicados é ainda maior se analisarmos o contexto em que a maioria dos alunos destes cursos não tem acesso aos materiais bibliográficos indicados por questões financeiras para assumir os custos dos livros necessários aos estudos. A falta de acesso aos recursos bibliográficos impacta na qualidade ofertada e na formação do aluno.

A **pergunta 6** teve como objetivo identificar o grau de conhecimento dos Auxiliares de Biblioteca dos Polos acerca do acompanhamento dos processos relacionados à aquisição de livros e de outros materiais bibliográficos.

Esta questão foi colocada tendo em vista que, durante as visitas realizadas nas bibliotecas, observou-se à falta de informações em relação a estes processos considerados importantes para o controle de gestão dos serviços oferecidos pela biblioteca e para orientar os alunos dos cursos quanto à previsão e disponibilidade dos materiais bibliográficos.

A análise dos dados obtidos mostrou que a maior parte dos respondentes (41,2%) não conhece ou não acompanha os processos relacionados à aquisição dos materiais; 29,4% desconhecem o processo; enquanto 29,4% conhecem e acompanham os processos, conforme mostrado na Figura 8.

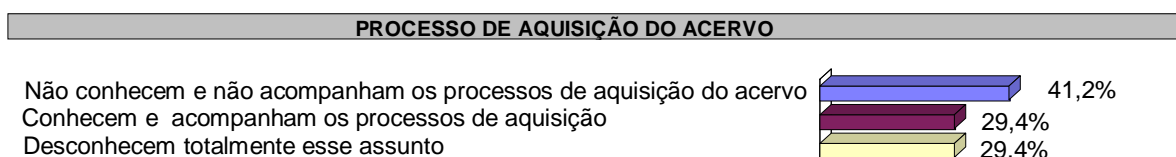


Figura 8 - Processo de aquisição do acervo.

Esta situação mostra a ausência de procedimentos de gestão e políticas de aquisição do acervo nas bibliotecas. É importante considerar que os processos referentes à solicitação, compra e recebimento dos materiais precisam ser planejados e estruturados de forma que os materiais sejam recebidos em tempo para atender às demandas necessárias dos usuários.

Analisados os aspectos relacionados à Dimensão 1, que mostrou as condições do acervo das bibliotecas dos Polos de Apoio Presencial da UAB, serão apresentados, a seguir, os resultados da Dimensão 2.

Dimensão 2 - Instalações físicas e mobiliário disponível

A **Dimensão 2** compõe-se de cinco perguntas e teve como objetivo identificar os aspectos relacionados à infraestrutura física disponível nas bibliotecas dos Polos, cujos requisitos fazem parte dos itens dos instrumentos de avaliação do MEC.

Com a finalidade de conhecer o espaço físico disponível para o funcionamento das bibliotecas, foram elaboradas as **perguntas 7 e 8**. Conforme dados obtidos na amostra pesquisada, 42,9% das bibliotecas possuem espaço físico que variam entre 40 m² e 60 m², conforme mostra a Figura 9.

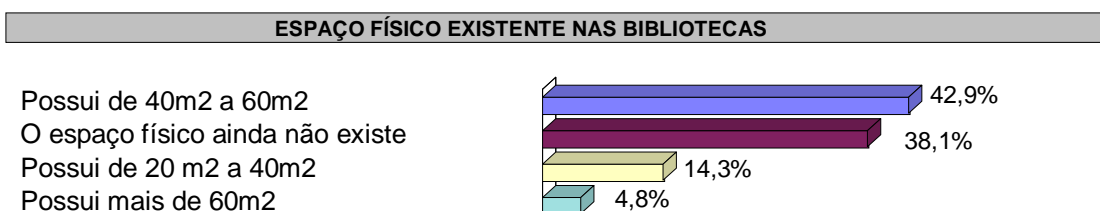


Figura 9 - Espaço físico existente nas bibliotecas.

Em relação ao espaço físico necessário para as bibliotecas dos Polos, o MEC não estabelece indicadores; no entanto, entende-se que, este será maior ou menor de acordo com a quantidade de cursos e alunos que o Polo atende. Além disso, as bibliotecas precisam ser confortáveis, possuir iluminação e mobiliário adequado. A observação *in loco* mostrou que a maioria destas bibliotecas existentes está funcionando em salas de aulas, hoje desativadas, o que justifica o tamanho médio do espaço físico verificado, quase nunca adequado em função dos objetivos, funções e serviços que as bibliotecas devem realizar. A biblioteca precisa ter espaço físico suficiente para armazenar o acervo impresso, propiciar acesso em meio virtual às informações, espaço para a realização de estudos individuais e coletivos, processamento e empréstimo de materiais, entre outros. Portanto, o espaço físico destes ambientes precisa ser bem planejado e estruturado para que as bibliotecas cumpram com seus objetivos, prestando serviços adequados aos usuários.

Com relação à **pergunta 8**, a Figura 10, mostra que, de acordo com os resultados obtidos com a pesquisa, 38,1% dos Polos ainda não possuem bibliotecas, apesar dos cursos de graduação já estarem em andamento. Este resultado confirma a hipótese de que muitos Polos da UAB/UFG, em Goiás começaram a ofertar cursos

sem as mínimas condições de funcionamento e que, em relação às bibliotecas, não estão oferecendo os serviços necessários aos alunos matriculados nos cursos a distância.

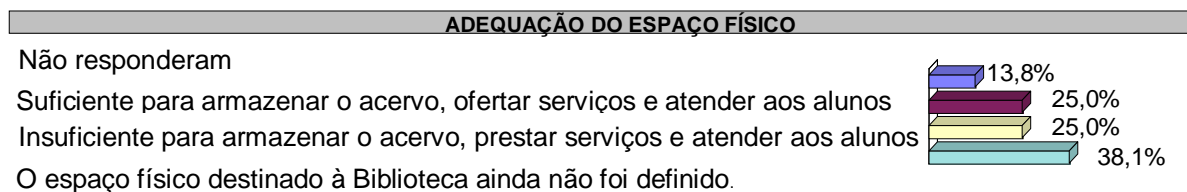


Figura 10 - Adequação do espaço físico.

Ainda que 25% considerem o espaço físico da biblioteca suficiente, há que se refletir sobre quais e que tipos de serviços estão sendo oferecidos e se de fato, há frequência de alunos a estas bibliotecas. Para 25% dos respondentes, os espaços existentes não são suficientes para que as bibliotecas desempenhem bem suas funções. Entende-se que, se houver acervo e serviços estruturados, possivelmente, o espaço físico das bibliotecas é considerado insuficiente para a execução das rotinas e fluxos de serviços em funcionamento

É importante refletir também sobre a atuação e influência do Polo nas regiões atendidas e o quanto as bibliotecas podem contribuir para a oferta e disponibilizar informações que venham agregar para a comunidade. Bibliotecas estruturadas adequadamente são organismos vivos e dinâmicos que podem vir a ser parte da vida das pessoas, ao agregar serviços que propicie melhor qualidade de vida para as pessoas da região.

A **pergunta 9** teve como objetivo conhecer sobre as atuais condições de funcionamento e manutenção das bibliotecas, considerando os seguintes aspectos: boa iluminação, limpeza, acústica, ventilação segurança, conservação e comodidade para os usuários, itens observados nos instrumentos de avaliação do MEC. Os resultados mostrados na Figura 11 permitem observar que a maior parte das bibliotecas (43,8%), considera as condições de manutenção razoáveis. No entanto, nas visitas realizadas às bibliotecas, ficou evidenciada a necessidade de investimentos para melhorar estas condições. Para 37,5%, estes aspectos não são observados, sinalizando possível desconhecimento em relação à oferta de serviços

de qualidade aos alunos e em relação aos critérios de avaliação dos órgãos reguladores da educação.

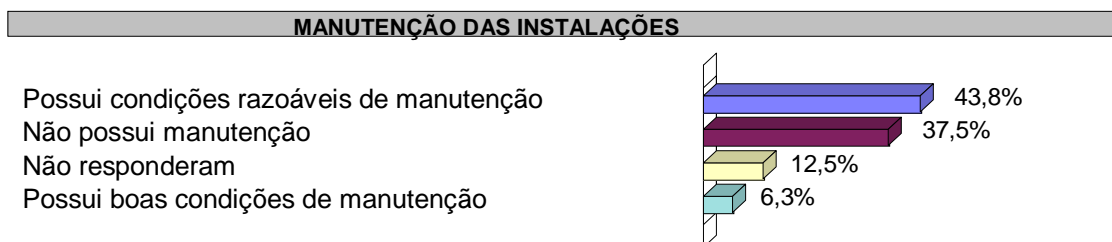


Figura 11 - Manutenção das instalações.

Bibliotecas bem planejadas, confortáveis e com boas condições de manutenção são convidativas ao uso, convívio e estudo.

As **perguntas 10 e 11** se referem à existência de instalações para estudo individual e em grupo e se justificam em função de que estes itens são importantes para garantir a qualidade de atendimento aos alunos dos cursos a distância, conforme previstos nos instrumentos de avaliação do MEC, se constituindo portanto, em itens sujeitos à avaliação. resultados apresentados mostraram que somente 2,5% das bibliotecas possuem instalações para estudo individual, conforme Figura 12.

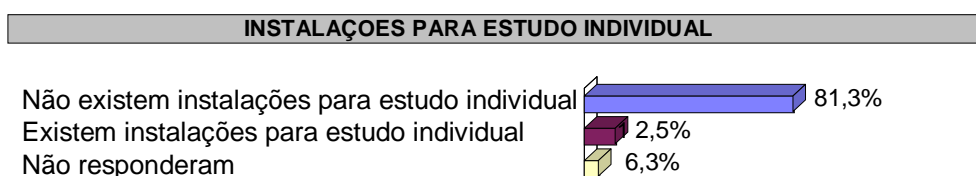


Figura 12 - Instalações para estudo individual.

De forma similar, a pesquisa procurou conhecer sobre a existência de instalações para estudo em grupo. Os dados da Figura 13 mostraram que em apenas 31,6% das bibliotecas há espaço para estudo em grupo.

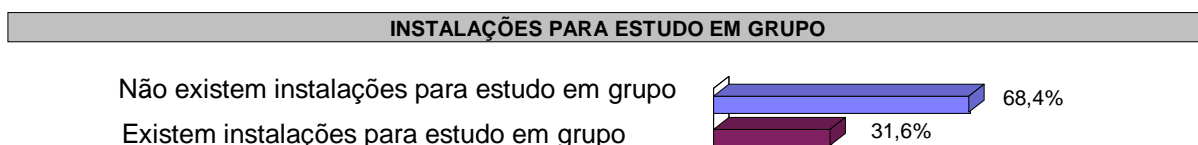


Figura 13 - Instalações para estudo em grupo.

De acordo com as orientações contidas nos *Referenciais de Qualidade*, “a biblioteca deve dispor em seu espaço interno de salas de estudos individuais e em grupo” (BRASIL, 2007, p. 26). Considerando o disposto no documento é possível concluir que em relação a este item, as bibliotecas dos Polos não estão adequadas para atender ao estudo individual e em grupo e, conseqüentemente, não estão atendendo aos critérios dos MEC.

Ao finalizar a apresentação dos resultados apresentados na Dimensão 2, observa-se que com base nos instrumentos de avaliação e regulação do MEC, as bibliotecas dos Polos ainda devem ser repensadas e estruturadas para atender com qualidade aos alunos dos cursos a distância. Neste sentido, é oportuno refletir sobre as condições exigidas pelos órgãos reguladores da educação à distância e a atual realidade das bibliotecas, a fim de que ações possam ser planejadas para melhorar as condições destas bibliotecas.

Dimensão 3 - Serviços oferecidos aos usuários

A **Dimensão 3**, composta por 4 perguntas, se refere aos serviços oferecidos aos usuários. Nesta dimensão, procurou-se levantar dados sobre a adequação do horário de funcionamento, tipos de usuários atendidos e serviços oferecidos pelas bibliotecas dos Polos de Apoio Presencial.

A **pergunta 12** teve como objetivo verificar se os horários de funcionamento das bibliotecas dos Polos atendem às necessidades dos cursos e alunos. Os dados mostrados na Figura 14 indicaram que em apenas 46,2% das bibliotecas o horário de funcionamento está adequado às demandas dos cursos e dos alunos, o que indica uma não-conformidade com o atendimento das demais bibliotecas. Para 15,4% estes horários estão inadequados às necessidades do público a que servem e precisam portanto, realizar ações estratégicas que corrijam esta distorção a fim de que a existência das bibliotecas seja justificada.

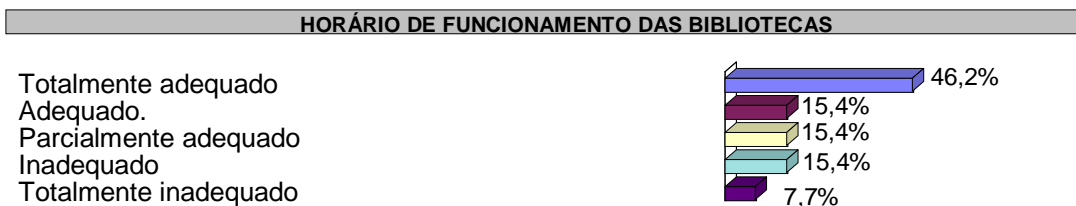


Figura 14 - Horário de funcionamento das bibliotecas dos Polos.

As bibliotecas dos Polos devem ser motivadoras, acessíveis e promotoras de serviços e atividades. Para tanto, devem estar abertas, funcionando de acordo com as necessidades dos alunos, oferecendo espaço físico, acervo e serviços com foco nos objetivos que tem a cumprir.

A **pergunta 13** teve como objetivo identificar se as bibliotecas dos Polos estão atendendo também a outras pessoas da comunidade, além dos usuários vinculados aos Polos.

Os resultados mostraram que boa parte as bibliotecas (36,1%), sequer atender aos alunos dos cursos ofertados a distância, porque não possuem acervo ou não estão devidamente instaladas, como mostra a Figura 15. Esta é uma realidade leva a refletir sobre a importância e significação que as bibliotecas dos Polos possuem no contexto da educação a distância ofertada pelo Sistema UAB da UFG.

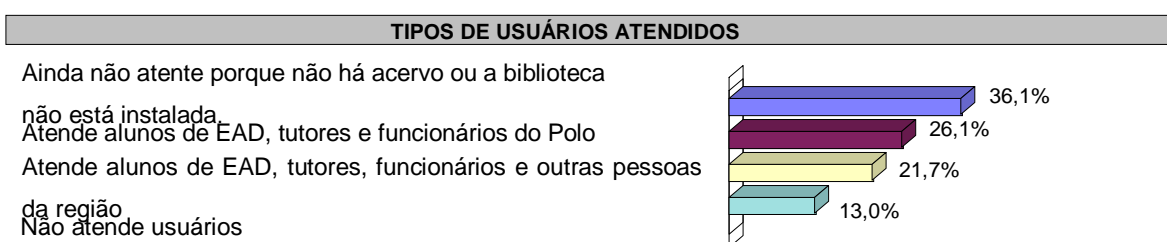


Figura 15 - Tipos de usuários atendidos.

As bibliotecas dos Polos no contexto do Sistema UAB devem oferecer o suporte de informações aos alunos dos cursos e o descaso com as mesmas torna a situação preocupante. Percebe-se a necessidade de entendimento desta realidade por parte dos governantes, dos gestores de Polos e dos cursos, a fim de que os sejam oferecidos recursos de informação com a qualidade esperada e as bibliotecas

possam contribuir para a formação dos alunos e conseqüentemente, contribua para com o desenvolvimento das regiões atendidas.

Os resultados indicam ainda que as bibliotecas pesquisadas quase não atendem às pessoas fora do contexto da oferta de EAD (13,0%). Obviamente estas bibliotecas têm seu papel e funções definidas para atender aos cursos aos alunos dos cursos de graduação ofertados a distância. No entanto, no contexto da necessidade de apoiar as iniciativas de propiciar acesso às informações à população nas regiões mais carentes deste tipo de serviço, as bibliotecas dos Polos podem ser colaborativas e ampliar sua atuação, potencializando meios e recursos para suprir a ausência de bibliotecas públicas, incentivando estudos regionais e a convivência entre as pessoas.

A **pergunta 14** teve como objetivo conhecer os serviços atualmente oferecidos pelas bibliotecas aos usuários. Observa-se, conforme Figura 16, que apenas uma pequena parte das bibliotecas oferecem serviços aos usuários, o que compromete as suas funções e objetivos. Esta é uma constatação lastimável, uma vez que estas bibliotecas possuem a função de apoiar e contribuir para com os processos ligados à educação superior. Possivelmente, estes resultados estejam relacionados à inexistência da própria biblioteca ou de infraestrutura de funcionamento. Estas bibliotecas deveriam se tornar centros de informação para atender aos Polos e as regiões onde os cursos são ofertados. Os serviços de apoio aos estudos e pesquisas são fundamentais para os alunos dos cursos à distância e da comunidade assistida. Entende-se que a presença de profissionais com formação em biblioteconomia poderia contribuir para a dinamização das bibliotecas, uma vez que desempenham papel de agentes educadores e estão preparados para a implantação de serviços e desenvolvimento de projetos que viabilizem o funcionamento destas bibliotecas, integrando-as aos objetivos pedagógicos dos cursos e do Sistema UAB. Ter acesso aos serviços das bibliotecas é direito da comunidade de EAD.

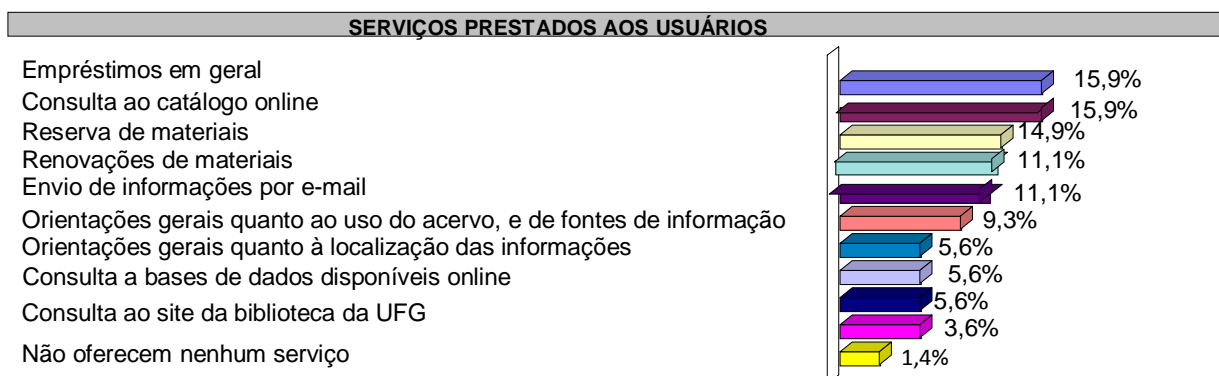


Figura 16 - Serviços prestados aos usuários.

Para concluir a terceira dimensão, a **pergunta 15** foi elaborada com objetivo de verificar se a biblioteca está sendo utilizada pelos usuários dos Polos.

Conforme os dados mostrados na Figura 17, a maioria das bibliotecas dos Polos (64,7%) não está sendo devidamente utilizadas.

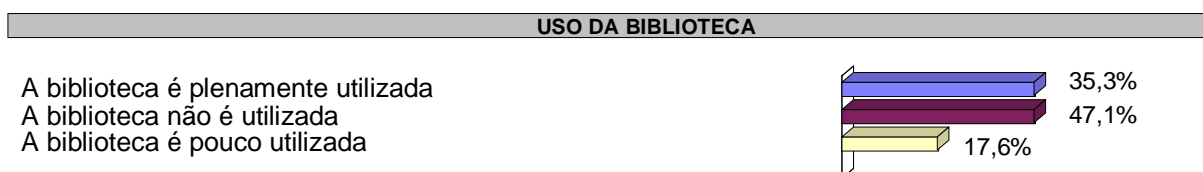


Figura 17 - Uso da biblioteca.

Visto que as bibliotecas não possuem estrutura adequada de funcionamento, a maioria das bibliotecas dos Polos da UAB em Goiás não é utilizada pela comunidade acadêmica da EAD nos respectivos Polos. Esta questão indica a necessidade de refletir sobre a significância destas bibliotecas e buscar novos posicionamentos diante dos problemas apontados em relação ao uso, serviços oferecidos, estrutura, gestão. O uso das bibliotecas deve se tornar um desafio para os gestores dos Polos e para os educadores dos cursos que precisam demonstrar novos comportamentos em relação à necessidade de dotar as bibliotecas de condições que possibilitem o acesso as informações, tão importante e estratégico em uma sociedade em constante transformação. As bibliotecas dos Polos tem objetivos definidos e precisam oferecer condições para oferecer aos alunos as condições necessárias que justifiquem seu uso. Isto exige uma nova postura em relação ao planejamento,

comportamento e visão dos governantes, gestores de Polos, coordenadores de cursos, educadores e alunos.

Concluídas as análises da Dimensão 3, ficam evidentes os problemas estruturais existentes nas bibliotecas dos Polos, o que dificulta e mesmo impede a oferta de serviços. As respostas em linhas gerais evidenciaram a situação triste e lamentável destas bibliotecas. É, pois, necessário tornar estas bibliotecas participativas no processo do Sistema UAB. No entanto, políticas governamentais em nível estadual, municipal e localizadas no âmbito da instituição promotora dos cursos precisam ser planejadas, viabilizadas e executadas no sentido de dotar as bibliotecas de condições de funcionamento.

Na próxima dimensão, serão apresentados os resultados da avaliação dos dados obtidos em relação à existência de recursos humanos e técnicos nas Bibliotecas dos Polos de Apoio Presencial.

Dimensão 4 - Existência de profissional bibliotecário e nível de formação do Auxiliar de Biblioteca

Na **Dimensão 4**, composta pelas **perguntas de 16 a 17**, procurou-se identificar a existência de profissional Bibliotecário para apoiar as atividades de gestão das bibliotecas, bem como conhecer o grau de formação educacional dos Auxiliares de Bibliotecas que prestam serviços atualmente nas Bibliotecas dos Polos.

Conforme resultados mostrados na Figura 18, praticamente não há profissionais Bibliotecários atuando diretamente nas bibliotecas dos Polos.

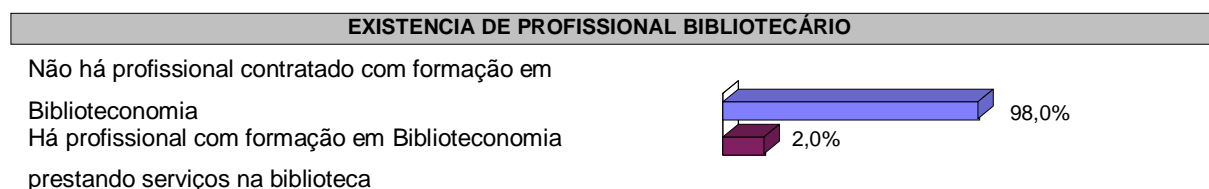


Figura 18 - Existência de profissional Bibliotecário na biblioteca do Polo.

Este profissional é responsável pela organização (tratamento), disseminação (compartilhamento, acesso) das informações, desenvolvimento de serviços e projetos serviços de informação que viabilizam o funcionamento das bibliotecas.

Nas bibliotecas dos Polos, outros profissionais estão assumindo as funções das bibliotecas, o que justifica a ausência de conhecimento para dotar as bibliotecas de políticas adequadas de serviços e de funcionamento. O bibliotecário é o profissional responsável pela gestão das bibliotecas, independente do seu tipo. A ele compete fazer orientar o auxiliar de biblioteca para que as bibliotecas funcionem de modo apropriado, dinâmico.

Conforme as diretrizes da UAB, na equipe técnica e administrativa do Polo deverá haver um Bibliotecário ou um Auxiliar de Biblioteca para organizar a biblioteca e proporcionar serviços bibliográficos e de informação. Ocorre, entretanto, que o auxiliar de biblioteca, ainda que treinado, precisa de maiores orientações para o desempenho de suas funções sendo, portanto, o Bibliotecário o profissional indicado para exercer esta atividade.

No instrumento de credenciamento institucional para a oferta de EAD, consta como critério de avaliação, a existência de corpo técnico-administrativo qualificado para atuar na gestão das bibliotecas dos Polos regionais. Atualmente, parece não haver políticas definidas e institucionalizadas em relação à gestão das bibliotecas dos Polos da UAB/UFG. Considerando que na condição atual, este profissional não compõe as equipes técnicas dos Polos, as atividades de gestão, planejamento e execução das atividades passam a não existir nas bibliotecas.

Em relação à análise seguinte, os resultados apresentados na Figura 19, que trata do grau de instrução dos profissionais que atualmente respondem pelas bibliotecas dos Polos, indicam que a maioria possui curso superior completo; 23% com pós-graduação, o que indica que os auxiliares de bibliotecas possuem conhecimento e condições adequadas para atuar nas bibliotecas



Figura 19 - Grau de instrução dos Auxiliares de Biblioteca.

No entanto, ainda que haja profissionais com nível superior respondendo pela gestão, estas bibliotecas ainda apresentam problemas estruturais. Esta situação reafirma a necessidade de existência do bibliotecário para liderar os processos e ações específicas das bibliotecas. A reflexão e discussão dos problemas acerca do acesso as informações serviços, possibilitarão a ação eficiente do bibliotecário nestes espaços, que neste caso, assume o papel de gestor das bibliotecas. As bibliotecas dos Polos são o suporte e abrem espaços para o desenvolvimento de estudos regionais e por isso, não podem ser tratadas com descaso no Sistema UAB.

A próxima e última dimensão apresenta os resultados da pesquisa, cujas questões tiveram como objetivo, verificar como estas bibliotecas se sustentam, haja vista que a existência de orçamento para a manutenção é estratégico para o funcionamento adequado.

Dimensão 5 - Disponibilidade de orçamento aprovado para a manutenção da Biblioteca

Na **Dimensão 5**, as **perguntas 18 e 19**, abordam as questões relacionadas a verificar sobre a existência de recursos financeiros destinados à sustentabilidade das bibliotecas dos Polos.

Conforme apresentado na Figura 20, os resultados permitiram inferir que a respeito dos da disponibilidade de recursos financeiros para a manutenção das bibliotecas, praticamente estes são inexistentes.

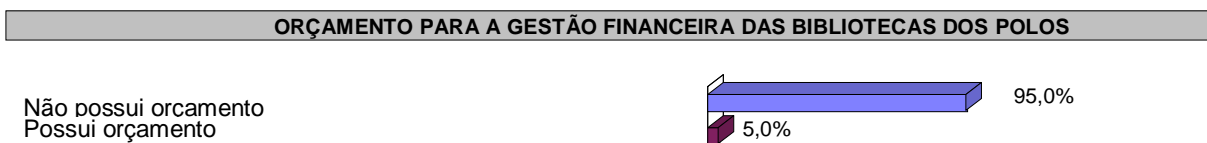


Figura 20 - Disponibilidade de orçamento para a gestão financeira das bibliotecas dos Polos.

Para a existência de educação a distância com qualidade, as bibliotecas precisam estar atualizadas e estruturadas. As bibliotecas, inclusive à dos Polos, são constantemente pressionadas a se adaptarem a novas realidades em função da necessidade de atender as demandas da comunidade a que serve. Neste sentido, para sobreviverem, as bibliotecas dos Polos precisam contar com recursos financeiros para a manutenção das pessoas, equipamentos, serviços e operações para atender as novas necessidades e demandas.

Embora a questão da manutenção financeira não seja assunto tratado nos *Referenciais de Qualidade para a EAD*, trata-se de um assunto importante que precisa fazer parte das discussões e políticas de EAD da UAB, tendo em vista que a sua ausência inviabiliza o projeto de existência da biblioteca nos Polos e coloca em crédito o ensino de qualidade.

Com o objetivo de conhecer quais medidas poderiam ser viabilizadas para garantir a sustentabilidade financeira das bibliotecas dos Polos, foi elaborada a **pergunta 19**. Como mostrado na Figura 21, quase a metade das respostas (43,5%) indicaram a necessidade de alocação de dotação orçamentária municipal ou estadual para manter as bibliotecas; além da existência de recursos federais.

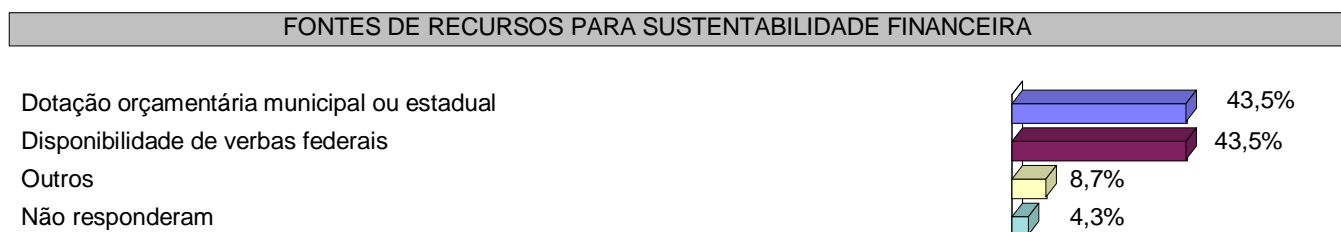


Figura 21 – Fontes de recursos para sustentabilidade financeira das bibliotecas.

A inexistência de recursos orçamentários impede o pleno funcionamento das bibliotecas, comprometendo todos os processos relacionados à manutenção do acervo, pessoas, instalações físicas, mobiliário e a oferta de serviços aos usuários.

Para atender aos cursos ofertados, os governos municipais precisam alocar percentual contínuo a ser calculado conforme a quantidade de alunos matriculados nos cursos, a fim de que as bibliotecas possam sobreviver sem o constrangimento da atual precariedade em que atualmente se encontram.

Finalizando esta dimensão, foi possível verificar as dificuldades das bibliotecas dos Polos em se manterem. Apesar de conhecerem as disposições da legislação pertinente à execução das despesas destinadas ao projeto, muitos municípios ao serem selecionados, não deixam claro sua capacidade financeira para manter o Polo. As bibliotecas precisam ser mantidas com recursos financeiros provenientes das esferas municipal e estadual, conforme parcerias estabelecidas com o Governo e a UAB. É necessário, portanto, que ações neste sentido sejam institucionalizadas, objetivando dar condições de funcionamento às bibliotecas.

O atual modelo de EAD para o ensino superior público no Brasil necessita ser amparado com a participação mais ativa dos governos federais, estaduais e municipais, criando as condições necessárias para o pleno funcionamento tornando acessível às instalações e serviços de informação previstos. A conquista das condições financeiras para o adequado funcionamento das bibliotecas é um desafio a ser enfrentado pelos Polos e EAD da UFG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início do processo de gestão do Sistema UAB, a existência de bibliotecas nos Polos de Apoio Presencial está vinculada à necessidade de apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelos alunos dos cursos ofertados a distância. Conforme definido pelo Fórum das Estatais pelo Ensino Superior estes cursos se constituem em uma oportunidade para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação para o crescimento sustentado do país; fatores imprescindíveis à promoção do desenvolvimento regional. Este por sua vez, pode ser potencializado pelo uso equilibrado dos recursos das regiões atendidas, desde que existam políticas públicas municipais e estaduais que apoiem, efetivamente, ações locais orientadas para a elevação dos níveis de escolaridade da população, como proposto pela UAB.

Neste contexto, as bibliotecas se constituem em organismos essenciais para o desenvolvimento das regiões onde os cursos a distância são realizados, ao se tornarem organismos dinâmicos que venham a oferecer serviços adequados e atualizados em apoio aos resultados advindos das práticas de estudo e pesquisas realizadas pelos alunos.

A oferta de serviços e de informações técnico-científicas atualizadas promove as ações e as transformações necessárias à promoção do desenvolvimento das regiões por meio das pessoas que passam a ter acesso ao conhecimento. Esta pode se constituir em uma grande oportunidade, haja vista que no contexto da localização regional, o estudo mostrou que assim como os Polos da UAB, as bibliotecas estão localizadas em todas as mesorregiões de planejamento de Goiás.

No entanto, a ausência de políticas concretas e objetivas que propiciem a existência de bibliotecas com acervo, serviços e demais condições de funcionamento adequado comprometem os objetivos e funções destas bibliotecas, colocando em descrédito a qualidade dos cursos ofertados à distância, haja vista que a diferença de condições oferecidas aos alunos dos cursos presenciais. A falta de condições de funcionamento e a atual situação das bibliotecas dos Polos da UAB/UFG se constituem de fato em uma barreira que impede o desenvolvimento acadêmico dos alunos, compromete a qualidade dos cursos e o consequente fomento ao desenvolvimento científico, tecnológico e social dos alunos, vindo a impactar nos projetos e estudos que poderiam beneficiar as regiões atendidas, devido à ausência de recursos informacionais adequados e confiáveis.

Diante dos resultados, observou-se que os governos municipais e estaduais não estão assumindo de fato as responsabilidades que lhes foram atribuídas em relação à alocação dos recursos e das condições necessárias ao funcionamento das bibliotecas dos Polos da UAB/UFG, colocando em risco a realização das suas funções, atividades e objetivos. A falta de apoio às bibliotecas pode comprometer o projeto da UAB ao gerar descrédito em relação à qualidade dos cursos ofertados haja vista que os alunos não tem de fato, as mesmas condições de estudos daqueles que frequentam os cursos presenciais.

Trata-se de um risco real e daí, a necessidade de se fortalecer, em nível municipal, estadual e federal, as ações de consolidação das bibliotecas do sistema UAB/UFG, em apoio ao projeto interiorização e de expansão dos cursos de graduação ofertados a distância, como uma ação idealizada para a promoção do desenvolvimento regional do Estado.

Os elementos apontados com este estudo foram importantes e abriram as portas para novas reflexões e para o desenvolvimento de novos estudos e pesquisas, uma vez que os dados, informações e conclusões obtidas, mostraram que as bibliotecas dos Polos da UAB/UFG, atualmente não estão estruturadas e portanto, não estão atendendo as necessidades dos alunos dos cursos ofertados à distância. No entanto, podem vir a se constituir em unidades dinâmicas, apoiadoras e promotoras do desenvolvimento das regiões se estiverem em condições adequadas de funcionamento e ofertando serviços e informações estratégicas em apoio aos estudos e pesquisas realizadas nos cursos. É importante ressaltar que

cada vez mais as pessoas precisam desenvolver novas habilidades e se prepararem para o domínio de novos saberes e competências. O acesso às informações técnicas e científicas de qualidade, oferecidos por bibliotecas bem planejadas e estruturadas são fatores diferenciais e estratégicos para o as pessoas que podem por meio dos conhecimentos adquiridos, promoverem o desenvolvimento de uma região.

É oportuno portanto, reforçar que as bibliotecas dos Polos precisam funcionar adequada e plenamente, de forma viva e dinâmica, de forma a contribuir para tornar muito mais rica e abrangente esta experiência de oferta de ensino de graduação à distância da UAB/UFG.

Em vista do exposto, com base nos resultados dos estudos realizados e a partir da experiência profissional acumulada, algumas possibilidades, podem ser indicadas, tendo em vista a necessidade de dotar estas bibliotecas de condições ideais de funcionamento:

- criação de uma rede de informações para o compartilhamento de acervos eletrônicos entre a IES e as bibliotecas dos Polos da UAB/UFG, por meio de parceria, com o objetivo de disseminar as informações contidas nos periódicos eletrônicos, bases de dados e acervos digitais;
- formulação de processos padronizados em relação à aquisição e distribuição do acervo para as bibliotecas dos Polos;
- ampliação dos serviços disponibilizados pelas bibliotecas à comunidade local, tanto em meio virtual quanto presencial, de forma a contribuir para o desenvolvimento social e cultural da região;
- adoção de gestão centralizada para as bibliotecas dos Polos, visando agilizar procedimentos técnicos e administrativos;
- criação de um modelo padrão de biblioteca para os Pólos da UAB/UFG para assegurar a qualidade dos serviços prestados e a infraestrutura necessária;
- Alocação de recursos financeiros contínuos por parte dos municípios ou Estado para garantir o funcionamento e manutenção das bibliotecas;
- Contratação de profissionais bibliotecários para a gestão das bibliotecas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, João Roberto Moreira. A história da EaD no Brasil. In: LITTO, F. M., FORMIGA, M. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson, 2009. p. 2-13.
- BASSAN, D. S.; SIEDENBERG, D. R. Desenvolver buscando a redução das desigualdades sociais. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- BECKER. A economia política do desenvolvimento contemporâneo. Santa Cruz do Sul, **Redes**, v. 5, n. 22, p. 11, 2000.
- BECKER, D. F. WILLMANN, M. L. (Orgs.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 137-153.
- BRASIL. MEC. Acordo de cooperação técnica n. /2009, que entre si celebram a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o Município ou Estado e a Universidade ou Instituto. Brasília, 2005.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm>. Acesso em: 25 jan.2010.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2005b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf>. Acesso em 24. jan. 2010.
- BRASIL.MEC. **Educação a distância**. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13592&Itemid=86>. Acesso em: 20 nov.2010.
- BRASIL. MEC. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação: bacharelado e licenciatura**. Brasília, 2010.
- BRASIL. MEC. SEED. **Referenciais de qualidade para Educação Superior a distância**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12777%3Areferenciais-de-qualidade-para-ead&catid=193%3Aseed-educacao-a-distancia&Itemid=865>. Acesso em: 10 abr.2010.
- BRASIL. SEED. **Projeto Universidade Aberta do Brasil**. 2005a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/universidade.pdf>>. Acesso em: 23 ago.2009.
- COSTA, C. J.; PIMENTEL, N. M. O Sistema Universidade Aberta do Brasil na consolidação da oferta de cursos superiores a distância no Brasil. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v.10, n.2, p.71-90, jun. 2009.

CRUZ, Thelma Maria da. **Universidade Aberta do Brasil: implementação e previsões**. Brasília: UNB, 2007. 155 p.

DEMO, Pedro. **Política social do conhecimento: sobre futuros do combate a pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2000. 93p.

FERREIRA, José Rincon. **A biblioteca digital**, [s. d.]. Disponível em: <<http://www.ime.usp.br/~is/infousp/rincon/rincon.htm>>. Acesso em: 30 dez.2010.

FONTES, Edson Ari de Oliveira. A Universidade Aberta do Brasil no CEFET/Pa: um estudo de caso sobre os fatores que dificultam e/ou facilitam o processo de implantação. 2009. (Dissertação). Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

GOIÁS. SEPLAN. **Mapa das microrregiões do Estado de Goiás**. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/>>. Acesso em: 30 dez.2010.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 185.

MATTAR, João. **Guia de educação a distância**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 104 p.

MATTOS, Ana Maria. **A biblioteca universitária e a educação a distância**. In: CONGRESSO ONLINE: OBSERVATÓRIO PARA LA CIBERSOCIEDAD, 3, 2006. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net/congres2006/gts/comunicacio.php?id=130>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

MELLO, P. A. de. A Educação a Distância como política de expansão e interiorização da educação superior no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, v. 11, n. 24, p. 278-304, maio/ago 2009.

MIRANDA, Antônio. Sociedade da Informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 78-88, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a10v29n2.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2010.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **A educação a distância: uma visão integrada**. Trad. Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

Mota, Ronaldo. **Universidade Aberta do Brasil**. ABRAED, 2006. Disponível em: <http://www.abraead.com.br/artigos_ronaldo.html>. Acesso em: 22 ago. 2010.

Nascimento, A. V. **Desafios da biblioteca universitária diante do avanço do ensino superior à distância no Brasil, 2008**. Disponível em: <<http://www.repositoriobib.ufc.br/000003/000003E7.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2010.

NUNES, Ivônio Barros. A história da EAD no mundo. In: LITTO, F. M., FORMIGA, M. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson, 2009. p. 2-8.

OLIVEIRA, Leila. **Biblioteca Universitária**: uma análise sobre padrões de qualidade atribuídos pelo Ministério da Educação no contexto brasileiro. Brasília, 2004 (Dissertação). Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/2/TDE-2007-03-20T060321Z-1295/Publico/Leila%20Rabello%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2010.

PETERS, Otto. **A educação a distância em transição**: tendências e desafios. São Leopoldo (RS): Unisinos, 2004. 400 p.

RODRIGUES, Cleide M. **Dociê de gestão do Ciar 2007-2009**. UFG/CIAR, 2008. p. 2.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

SOUTO, L. F. Inserção do bibliotecário na equipe multidisciplinar de Ensino à Distância: crítica ao princípio de autonomia para aprendizagem e busca de informações. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 3, n. 2, p.11-18, jun. 2002. Disponível em: <143.106.58.55/revista/include/getdoc.php?id=672&article=163&mode=pdf> . Acesso em: 02 out. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Ciar. **Mapa dos Polos da UAB**. Disponível em: <<http://www.ufg.br/ciar>>. Acesso em: 12 jan. 2010.